



Marco de Gasto de Médio Prazo (MGMP) do Município do Rio de Janeiro

2012

ÍNDICE

1. Introdução	3
2. Cenário Econômico	3
3. Desempenho Fiscal Recente	10
4. Projeções Macroeconômicas e de Receitas	17
5. Financiamento e Amortização da dívida	21
6. Cenário de Gastos sem Mudanças de Política	26
7. Prioridades e Objetivos	30
8. Gastos Detalhados por Área de Resultado	58
9. Riscos Fiscais de Médio Prazo	65
10. Conclusão	70

1. Introdução

Esta versão do Marco de Gasto de Médio Prazo (MGMP) dá sequência ao trabalho iniciado em 2011¹ de apresentar uma visão sistêmica de como a Prefeitura do Rio de Janeiro planeja seus gastos em um horizonte de médio prazo – neste relatório, até 2015.

É importante destacar que, de acordo com a proposta inicial, nesta edição de 2012 acrescentamos mais uma área de resultados às três que compunham o relatório anterior. Assim, às áreas de resultado da Saúde, Educação e Infraestrutura Urbana foi acrescentada a área de Transportes.

Destaque-se também que os dados aqui apresentados estão em conformidade com a revisão do Planejamento Estratégico do Município realizada em meados deste ano.

Postas as observações acima, o relatório é composto de 8 seções, além desta introdução e de uma seção conclusiva. As seções de 2 a 5 se ocupam dos aspectos relativos a economia, receitas e endividamento. As seções de 6 a 9 têm foco nas despesas (custeio e investimento) e no seu detalhamento, bem como algumas observações sobre riscos fiscais de médio prazo.

2. Cenário Econômico

Esta seção tem por objetivo apresentar o ambiente econômico que permeou a elaboração deste MGMP. As duas subseções a seguir se ocuparão brevemente das economias brasileira e do município².

2.1 Brasil

O ano de 2011 foi um ano de acomodação do forte crescimento econômico de 2010, ocorrido na esteira da recuperação dos impactos da crise de 2008/09. Apenas para recordar, a economia brasileira cresceu, em 2010, 7,5% após recuo de 0,6% em 2009.

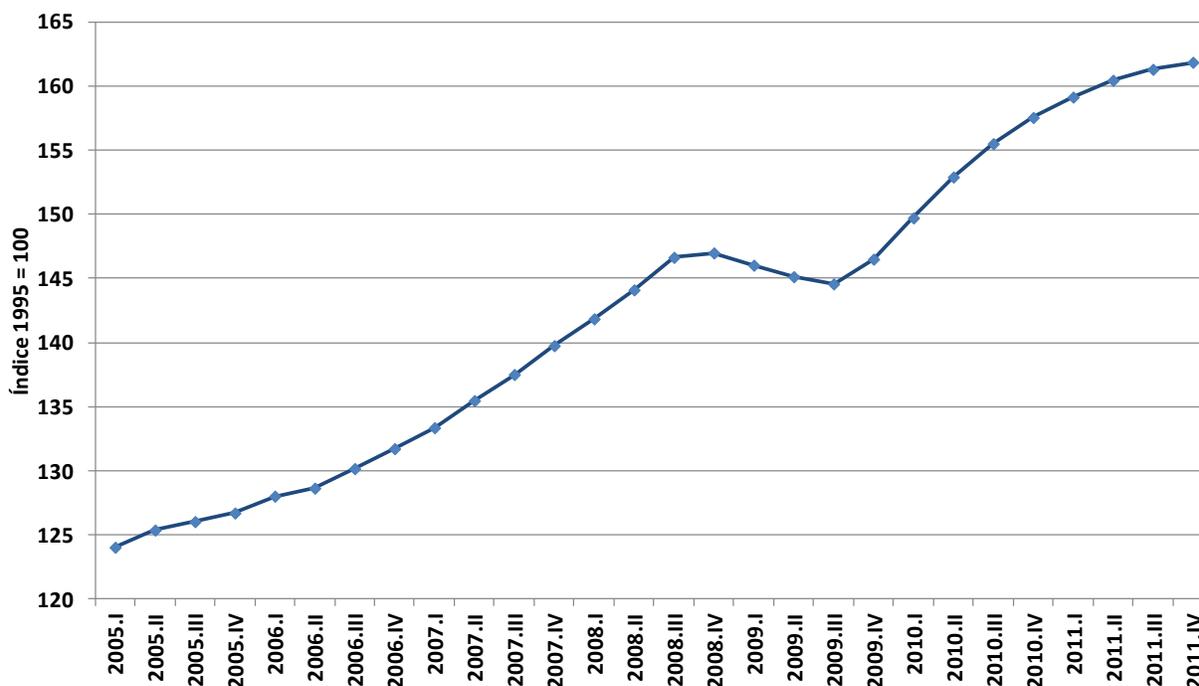
O gráfico 1, abaixo, retrata a dinâmica acima mencionada – que pode ser observada pela menor inclinação do gráfico no ano de 2011.

¹ A versão anterior pode ser encontrada em http://200.141.78.79/dlstatic/10112/766525/DLFE-229914.pdf/Marco_de_Gasto_de_Medio_Prazo.pdf. Nela há uma descrição do processo que culmina com a publicação deste documento.

² Uma análise mais abrangente da economia carioca em 2011 já havia sido disponibilizada em nosso site em março deste ano. <http://www.rio.rj.gov.br/web/smf/exibeconteudo?article-id=2736357>

Gráfico 1

PIB Trimestral
Média Móvel 4 Trimestres



O ano de 2011 marcou também o início das repercussões sobre a economia brasileira da continuidade da crise nas economias desenvolvidas e da força do mercado de trabalho brasileiro – que, ignorando a desaceleração, seguiu em franco desenvolvimento, quer pela via de taxas cadentes de desemprego quer pela via de salários reais em ascensão – ambos atingindo, respectivamente, seus mínimos e máximos históricos³.

A continuidade da crise nos países desenvolvidos trouxe para o Brasil apreciação cambial e excesso de oferta de produtos importados a preços baixos. No primeiro caso, como reflexo da expansão monetária necessária para combater o fraco desempenho econômico. No segundo, como resultado da fraqueza do consumo.

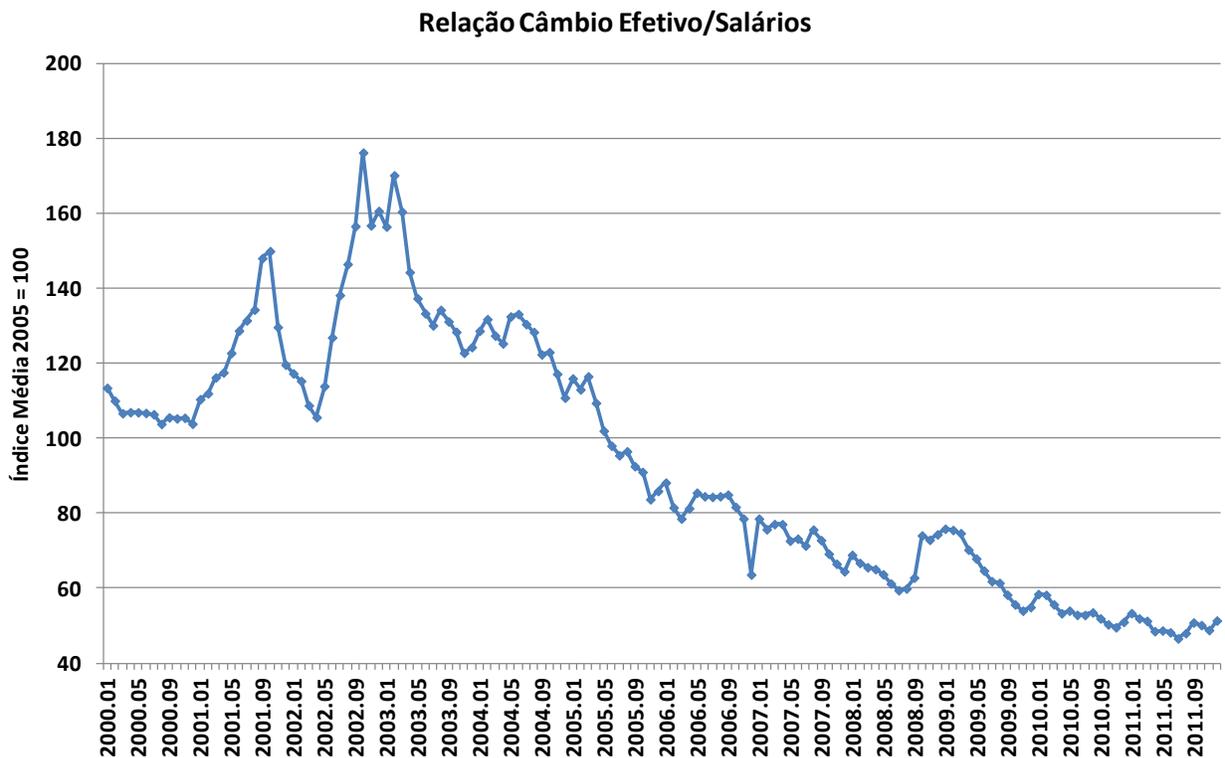
O comportamento favorável do mercado de trabalho doméstico mostrou seu lado negativo na elevação dos custos salariais.

³ Dentro da nova série calculada pelo IBGE a partir de 2002.

A combinação dos efeitos acima foi particularmente perversa para a indústria de transformação nacional – que viu seriamente afetada sua competitividade internacional, e ainda sem poder repassar as elevações no custo do trabalho.

O gráfico 2, abaixo, sintetiza – através da relação câmbio efetivo/salários, o movimento conjunto de apreciação cambial e elevação de salários ocorrida após a crise.

Gráfico 2

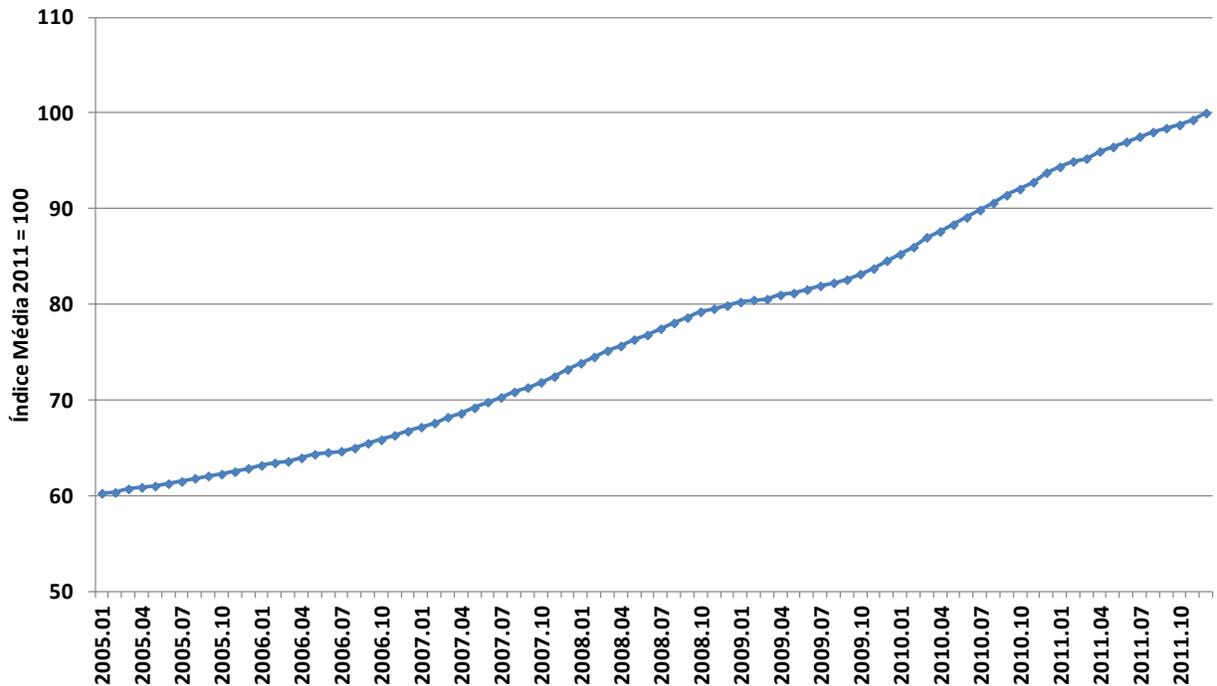


Combinando a forte queda na relação câmbio/salários (apreciação real do câmbio) com uma demanda mundial abalada pela não recuperação econômica dos Estados Unidos e da União Europeia, temos uma das causas determinantes da forte perda de dinamismo verificada na economia brasileira em 2011 – além do que seria esperado pela acomodação natural da taxa de expansão do PIB.

É importante mencionar novamente que esta perda de dinamismo teve uma particularidade: a trajetória positiva do mercado de trabalho refletiu-se sobre o consumo doméstico, notadamente serviços e bens importados – o que explica um desempenho fraco do PIB ao lado de um consumo forte, mas que vaza para o exterior. Como ilustração, temos o gráfico 3, abaixo, que apresenta o movimento do comércio varejista.

Gráfico 3

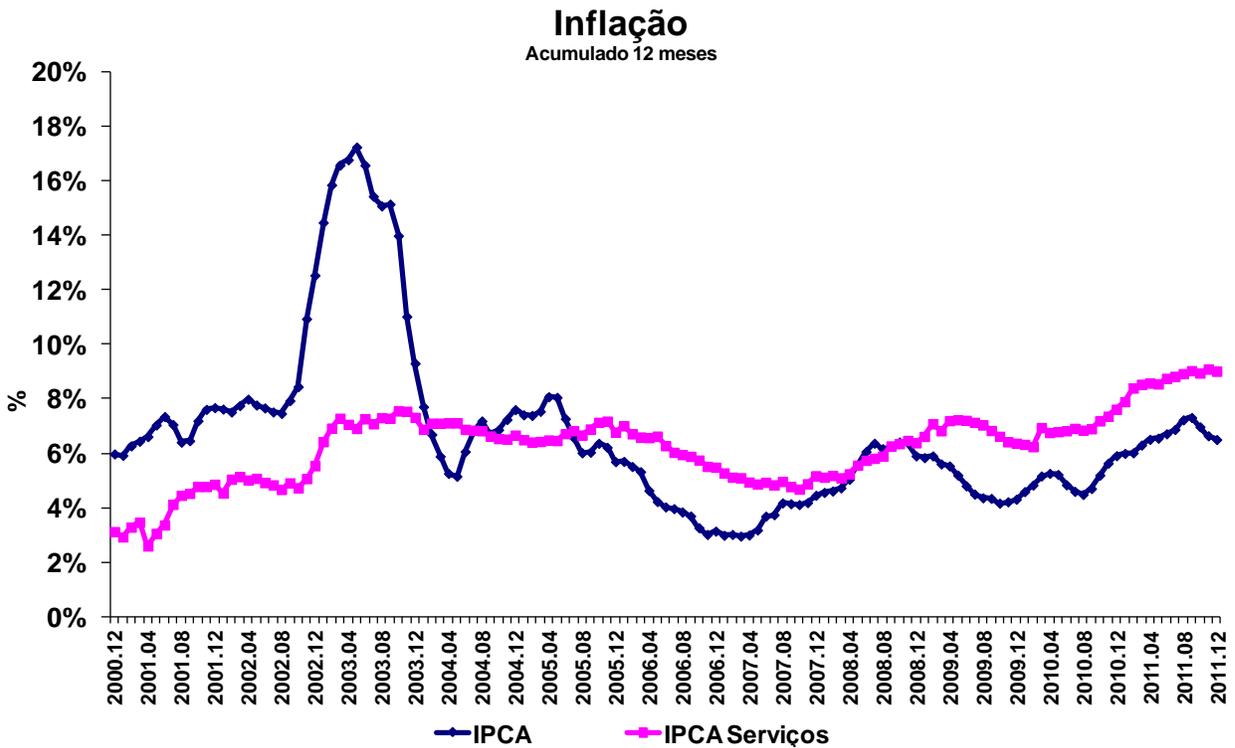
Comércio Varejista Média Móvel 12 meses



O resultado dessa dinâmica sobre os preços pode ser visto no gráfico a seguir, que apresenta a evolução do IPCA Cheio (meta do Banco Central) e da componente Serviços. De fato, a inflexão da curva do IPCA Cheio evidencia os efeitos da desaceleração agregada da economia, e a persistência da curva de Serviços mostra a força do mercado de trabalho.

Como resposta a esse cenário de redução da inflação e de desaceleração econômica, o Banco Central vem consolidando um processo de redução na taxa básica de juros SELIC e o governo federal vem adotando uma série de medidas de impulso fiscal – em uma combinação que denota o correto gerenciamento macroeconômico que se observa no país há muito tempo.

Gráfico 4



Posto o cenário acima, o que se espera para o agregado da economia brasileira é a manutenção do crescimento, mesmo com alguma incerteza sobre sua velocidade. O Brasil parece não correr risco nem de crise nem de recessão, o que fornece um pano de fundo positivo para a evolução da economia do município, como será visto na subseção seguinte.

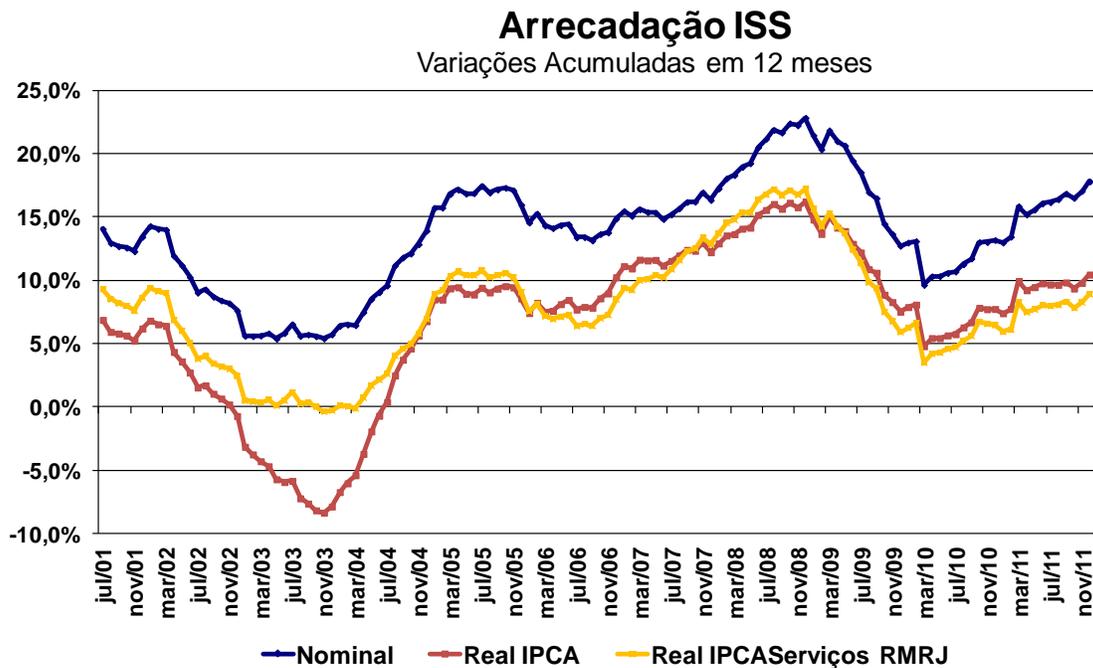
2.2 O Município do Rio de Janeiro

Como observado na subseção anterior (e também na versão anterior do relatório), o correto gerenciamento macroeconômico consolida a perspectiva de que não haverá rupturas na economia brasileira. Isto possibilita a estados e municípios manobrar suas políticas particulares sem se preocupar com cenários extremos. Neste contexto, continua válido nosso julgamento de que a economia carioca pode aproveitar as oportunidades abertas pelos mega eventos esportivos de 2014 e 2016 para consolidar a série de conquistas obtidas desde o início da nova administração em 2009 – sendo o esteio desse processo uma administração municipal empenhada em fazer com que a sociedade se sirva dos eventos e não o contrário.

A economia do Município do Rio de Janeiro é uma economia de serviços. Esta afirmação é reflexo de que 85% do valor agregado gerado na sua economia provém do setor de serviços.

Deste modo, um bom indicador da saúde econômica municipal é a arrecadação de ISS⁴ – que pode ser vista no gráfico abaixo, até dezembro de 2011. Nele, as variações reais são calculadas de duas formas: i) deflacionando pelo IPCA cheio Brasil; e ii) deflacionando pelo IPCA-Serviços da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) – sendo que este último é uma melhor aproximação dos volumes de serviços transacionados no Município, e, portanto, do vigor de sua atividade econômica⁵.

Gráfico 5



A força por trás desse vigor é, sem dúvida alguma, o mercado de trabalho⁶, que se expande tanto no pessoal ocupado quanto nos salários pagos e está em seu melhor momento desde que a nova série da Pesquisa mensal de Emprego (PME) começou a ser divulgada pelo IBGE em março de 2002 – como sintetiza o gráfico a seguir através do comportamento da média móvel de 12 meses da massa salarial real⁷.

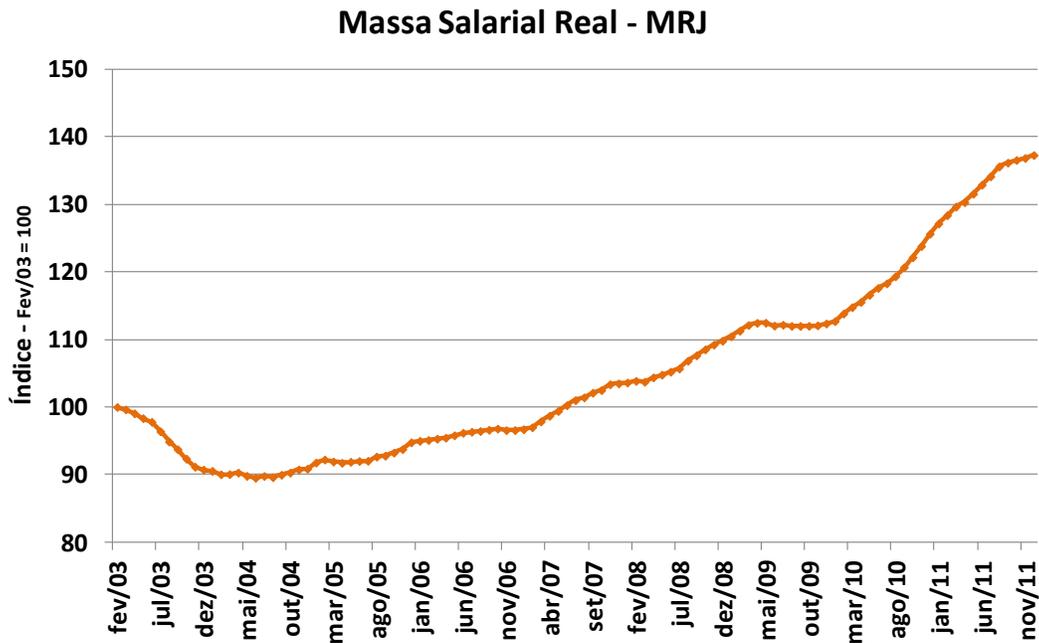
⁴ O ISS será objeto de avaliação mais detalhada na seção subsequente que tratará do desempenho fiscal recente do município.

⁵ É importante ressaltar que estes resultados devem ser considerados com cautela – devido aos problemas de deflacionamento e de representatividade da nossa estrutura de arrecadação em relação à composição do PIB municipal.

⁶ Não podemos nos esquecer, evidentemente, das referidas medidas de aperfeiçoamento da administração tributária que trouxeram sensíveis ganhos de produtividade.

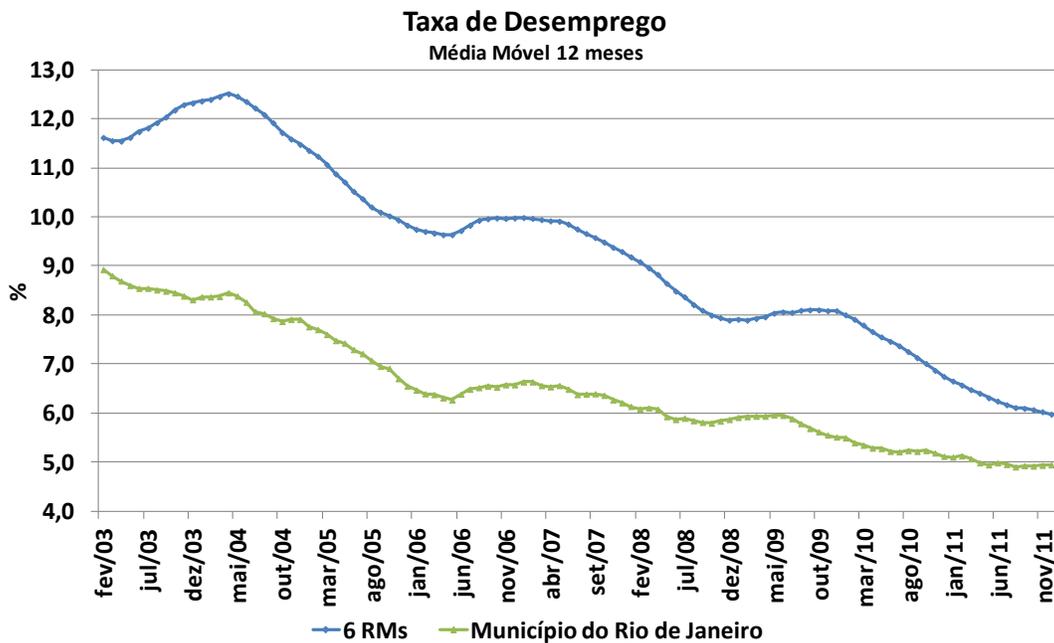
⁷ Combinação dos salários pagos com o número de pessoas ocupadas.

Gráfico 6



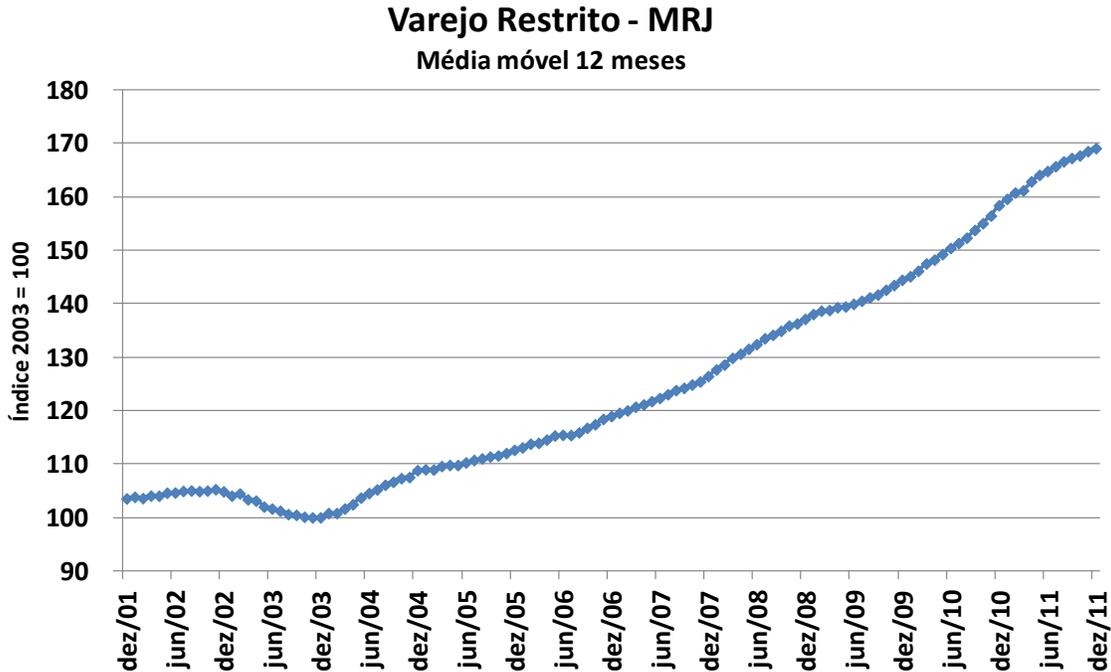
O resultado do emprego em elevação constante é uma queda sem precedentes na taxa de desocupação, como se pode verificar no gráfico abaixo – que ainda compara o município do Rio de Janeiro com a média das 6 regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE.

Gráfico 7



Finalizando a breve caracterização da evolução recente da economia do município, o gráfico 9 mostra a evolução do comércio varejista, que é um retrato da combinação de mercado de trabalho aquecido e disponibilidade de crédito.

Gráfico 8



A nossa avaliação é que o círculo virtuoso apresentado acima se manterá no médio prazo e fará com que a economia carioca apresente um desempenho melhor do que o agregado do país. Isto será fruto, como já ressaltado, da continuidade da administração focada em resultados concretos para a população, do ciclo de investimentos para os grandes eventos esportivos e dos eventos em si – através da movimentação econômica proporcionada pelo fluxo de visitantes.

Finalmente, não podemos deixar de mencionar que mais um dos reflexos da preocupação da Prefeitura com a sustentabilidade do crescimento econômico foi a criação da Rio Negócios⁸ – a agência responsável por atrair, facilitar e dar suporte a novos investimentos na cidade.

3. Desempenho Fiscal Recente

Esta seção descreve o comportamento das finanças municipais nos últimos quatro anos.

⁸ <http://rio-negocios.com/>

Tabela 1

DEMONSTRATIVO DE OPERAÇÕES FISCAIS - (R\$ milhões, em valores correntes de 31/12)				
Administração Direta + Indireta				
	2008	2009	2010	2011
RECEITAS CORRENTES	10.662	11.351	13.719	16.426
Tributárias	4.585	5.060	5.748	6.666
IPTU	1.194	1.274	1.430	1.525
ISS	2.452	2.770	3.171	3.730
ITBI	344	388	495	590
IRRF	343	349	354	500
Taxas	252	279	298	321
Contribuições	755	793	949	2.160
Patrimoniais	581	568	945	1.081
Industrial	7	5	5	7
Serviços	260	206	305	336
Transferências Correntes	3.855	4.056	4.675	5.107
da União	1.196	1.300	1.521	1.628
do Estado	1.617	1.625	1.796	1.971
Cota-Parte ICMS	1.147	1.173	1.305	1.427
Cota-Parte IPVA	321	352	349	389
Outros	149	100	142	156
Multigovernamentais (FUNDEB)	1.019	1.113	1.321	1.490
de Instituições Privadas	-	0	-	0
de Convênios	23	18	37	17
Outras Receitas Correntes	618	664	1.092	1.070
RECEITAS DE CAPITAL	245	286	519	297
Alienações de Bens	19	61	128	77
Amortizações de Empréstimos	104	105	106	102
Transferências de Capital	122	121	285	118
Outras receitas de capital	-	-	-	-
RECEITAS TOTAIS [1]	10.907	11.637	14.238	16.722
DESPESAS CORRENTES	9.561	9.908	11.328	14.140
Pessoal e Encargos	5.994	6.222	6.677	8.427
Encargos da Dívida Interna e Externa	590	680	626	513
Outras Despesas Correntes	2.977	3.006	4.025	5.201
DESPESAS DE CAPITAL	1.247	485	1.618	3.425
Investimentos	843	401	1.560	3.347
Inversões Financeiras	403	84	58	78
DESPESAS TOTAIS [2]	10.807	10.394	12.946	17.565
<i>Superávit Operacional (Déficit) [3]</i>	<i>1.101</i>	<i>1.443</i>	<i>2.391</i>	<i>2.286</i>
<i>Superávit Financeiro (Déficit) [4]</i>	<i>99</i>	<i>1.244</i>	<i>1.292</i>	<i>(842)</i>
Amortizações da Dívida Int. e Externa	344	377	1.333	1.158
<i>Superávit Financeiro Bruto (Déficit) [5]</i>	<i>(245)</i>	<i>867</i>	<i>(41)</i>	<i>(2.001)</i>
<i>Superávit Financeiro Líquido das DC (Déficit) [6]</i>	<i>943</i>	<i>1.645</i>	<i>2.852</i>	<i>2.505</i>
Operações de Crédito	49	30	1.005	1.098
Operações de Crédito Internas	49	30	47	212
Operações de Crédito Externas	-	-	959	886
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-
<i>Superávit consolidado (déficit) [7]</i>	<i>(196)</i>	<i>897</i>	<i>964</i>	<i>(903)</i>
RECEITAS TOTAIS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	10.956	11.667	15.243	17.821
DESPESAS TOTAIS EMPENHADAS	11.151	10.770	14.279	18.723
[1] Não incluem operações de crédito				
[2] Não incluem amortizações da dívida				
[3] Total das Receitas Correntes menos o total das despesas Correntes.				
[4] Receitas Totais menos Despesas Totais, excluindo as amortizações da dívida.				
[5] Receitas Totais menos Despesas Totais, incluindo amortizações da dívida.				
[6] Receitas Totais menos Despesas Totais, excluindo as amortizações de empréstimos e dispêndios de capital.				
[7] Resultado final após operações de crédito.				

2.1 Receitas

A taxa de expansão das Receitas Correntes – Tributárias e Transferências – continua consistente com os ciclos econômicos brasileiro e municipal, e situou-se em 12,6% em 2011. Este resultado representa uma moderação em relação aos 20,9% registrados em 2010 e foi influenciado pela menor velocidade de crescimento das Transferências, em linha com uma acomodação na atividade econômica em nível estadual e federal.

O parágrafo acima merece uma qualificação: o crescimento das Receitas Correntes em 2011, extraído diretamente da tabela, foi de 19,7% e não de 12,6%. A explicação é que a variação de 19,7% está inflada artificialmente pela mudança de procedimentos contábeis iniciada em 2011. Assim, a rubrica Contribuições apresentou crescimento *contábil* de 127,7% em 2011 (vide tabela), uma vez que o item Contribuição Previdenciária Suplementar (cerca de R\$ 1,0 bilhão) passou a transitar pelos demonstrativos financeiros (tanto nas receitas quanto nas despesas de pessoal), o que não ocorria nos anos anteriores. Isto gerou uma descontinuidade nas comparações no ano de 2011 (algo que não ocorrerá mais em 2012). Sem esta alteração contábil, as Contribuições teriam variado 24,6% – um percentual também significativo, e que refletiu o ótimo desempenho de quase todos os componentes.

No comportamento das duas rubricas mais importantes das Receitas Correntes – Receitas Tributárias e Transferências – vale destacar que a rubrica que está sob responsabilidade direta do Município (Tributárias) teve sua taxa de variação elevada de 13,6% para 16,0%, fruto de uma atividade econômica municipal descolada da estadual e nacional (vide subseção subsequente) e da continuidade dos ganhos de produtividade na administração tributária. No que concerne às Transferências – sob influência do Governo Federal e do Estado do Rio de Janeiro — a taxa de expansão foi reduzida de 15,3% para 9,2%, em resposta à moderação do crescimento econômico.

No detalhamento da Receita Tributária, mais uma vez o caso do IPTU é particularmente interessante. A sua taxa de variação acelerou fortemente de 6,7% para 12,2% em 2010 e voltou a 6,6% em 2011. Aquela aceleração – em uma rubrica que guarda pouca correlação com o nível de atividade econômica e é corrigida apenas pela inflação – foi resultado dos esforços de cadastramento de imóveis e da melhoria nos processos de cobrança realizados em 2010. O

recuo na taxa de crescimento de 2011 se deveu à mudança de patamar da arrecadação com a incorporação dos referidos esforços. Ou seja houve crescimento sobre uma base maior.

O comportamento do ISS em 2011 foi mais uma vez merecedor de destaque, com variação de 17,7%, acima dos 14,5% de 2010. Este desempenho ainda é reflexo da combinação virtuosa de aquecimento econômico com ações de natureza administrativa, consubstanciadas, entre outras, na Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – Nota Carioca –, no Sistema de Inteligência Fiscal e nas contínuas melhorias de gestão e fiscalização.

No que concerne ao ITBI – imposto que captura a dinâmica do mercado imobiliário – o desempenho de 2011, embora com alguma moderação, não alterou o padrão dos anos anteriores – marcado pela também virtuosa combinação de expansão do crédito, revitalização econômica e efeitos da política de pacificação do governo estadual (UPPs). As taxas de variação nos três últimos anos foram de 12,8%, 27,4% e 19,2% respectivamente – ressaltando que a moderação verificada em 2011 se deu ainda em patamar bastante elevado.

2.2 Despesas

No campo das Despesas, o ano de 2011 merece dois destaques e uma qualificação. A qualificação é exatamente a mesma feita para a receita de Contribuições no âmbito da previdência complementar – cuja contrapartida se dá nas despesas de Pessoal e Encargos. Sem essa despesa, a variação da Rubrica Pessoal e Encargos teria sido de 11,6%, em lugar dos 26,2% contabilmente registrados, e o total das Despesas Correntes teria expandido 16,2% ao invés de 24,8%.

Ainda no âmbito das Despesas em 2011, o primeiro destaque vai para as despesas com juros – registradas na conta Encargos com Dívida Interna e Externa – e que apresentaram redução de 18,1%, seguindo uma redução de 8,0% em 2010. Este movimento de alívio é proveniente dos efeitos benéficos do empréstimo do Banco Mundial ao município, cuja destinação foi o abatimento de uma dívida com o Tesouro Nacional (realizada em duas parcelas em 2010 e 2011). A ampliação da redução dos gastos com juros se deveu ao fato de que 2011 refletiu tanto o efeito da primeira parcela do empréstimo quanto uma parte do efeito da segunda. O segundo destaque de 2011 refere-se à ampliação das despesas de Investimento, cuja variação de 111,6% se seguiu a um avanço de 233,6% em 2010, como resultado do trabalho da Prefeitura para aumentar o espaço fiscal para os gastos estruturantes presentes em seu Planejamento Estratégico.

Como já relatado em nosso Relatório de Transparência Fiscal do 3º Quadrimestre de 2011⁹, a confirmação do êxito na abertura de espaço para investimentos (bem como da capacidade gerencial da Prefeitura em executá-los) pode ainda ser ilustrada por dois dados: a taxa média de investimentos no triênio 2009-2011 ficou em 10,8%¹⁰, bastante superior ao verificado no período 2001-2008 (que foi de 8,5%); já o investimento médio anual no triênio 2009-2011 (R\$ 1,8 bilhão a valores constantes) foi 55% superior à média anual do período 2001-2008 (R\$ 1,2 bilhão a valores constantes).

Finalmente, há que se mencionar que as fortes variações das contas de Amortizações de Dívidas Interna e Externa em 2010 e 2011 nada mais são do que o espelho da mesma operação com o Banco Mundial.

É importante destacar que o valor negativo na última linha da tabela 1 (R\$ 903 milhões) representa o consumo de parte do expressivo superávit orçamentário (caixa) acumulado nos dois primeiros anos da atual administração. Esse era um movimento esperado e não representou qualquer dificuldade de financiamento das despesas programadas.

2.3 Estrutura e Evolução da Dívida

Dado o desempenho fiscal acima, esta subseção apresenta a estrutura e evolução da dívida nos últimos quatro anos. Deve-se ressaltar que são apresentados os valores consolidados de todas as entidades municipais (administração direta e indireta, inclusive entidades previdenciárias), ainda que as contratações de dívida sejam usualmente concentradas na administração direta.

⁹ <http://200.141.78.79/dlstatic/10112/766525/DLFE-240628.pdf/RelatorioTransparenciaFiscal2011Q03.pdf>

¹⁰ Caso seja expurgado o efeito meramente contábil do registro como despesa com dívida advindo da entrada das duas parcelas do financiamento com o Banco Mundial (em 2010 e 2011) as taxas de investimento de 2011 e do triênio 2009-2011 passam a ser, respectivamente, de 18,8% (ao invés de 17,9%) e de 11,4% (ao invés de 10,8%).

Tabela 2

A dinâmica da dívida e reconciliação					
	em R\$ milhões (valores correntes)				
	2008	2009	2010	2011	
Superávit Financeiro (Déficit)	99	1.244	1.292	(842)	(A)
Amortização da Dívida Financeira Interna e Externa Adm. Direta	207	232	1.207	1.153	(B)
Dívida com o Tesouro Nacional (R\$)	116	130	1.138	1.093	
Dívida com o Tesouro Nacional (US\$)	28	26	5	4	
Dívida bancária (interna) e outros	24	33	25	17	
Dívida Funda Externa (BID, BIRD)	40	44	40	39	
Amortização de Outras Dívidas Consolidadas	137	144	126	5	(C)
= Superávit Financeiro Bruto (Déficit)	(245)	868	(41)	(2.001)	(D)
Recebimento de novos empréstimos (Dívida Financeira Adm. Direta)	49	30	1.005	1.098	(E)
Dívida com o Tesouro Nacional (R\$)	-	-	-	-	
Dívida com o Tesouro Nacional (US\$)	-	-	-	-	
Dívida bancária (interna) e outros	49	30	47	212	
Dívida Funda Externa (BID, BIRD)	-	-	959	886	
= Superávit Consolidado (Déficit)	(197)	898	964	(902)	(F)
Reavaliações da Dívida Financeira Interna e Externa da Adm. Direta (indexação)	898	(415)	482	633	
Dívida com o Tesouro Nacional (R\$)	601	(207)	550	406	
Dívida com o Tesouro Nacional (US\$)	30	(26)	(2)	6	
Dívida bancária (interna) e outros	6	2	1	2	
Dívida Funda Externa (BID, BIRD)	261	(183)	(67)	219	
Estoque da Dívida Financeira Interna e Externa da Adm. Direta (Dez 31)	8.515	7.898	8.178	8.756	
Dívida com o Tesouro Nacional (R\$)	7.525	7.188	6.600	5.913	
Dívida com o Tesouro Nacional (US\$)	111	59	52	53	
Dívida bancária (interna) e outros	148	146	169	366	
Dívida Funda Externa (BID, BIRD)	731	505	1.357	2.423	
Obs.:					
D = A - B - C					
F = D + E					

Após o forte ajuste fiscal dos dois primeiros anos da atual administração – que gerou superávits financeiros (desconsiderando as amortizações da dívida) superiores a R\$ 1,2 bilhão em cada exercício – o ano de 2011 apresentou um déficit de R\$ 842 milhões, fruto da estratégia de incremento dos gastos de investimentos consubstanciada no Planejamento Estratégico.

O perfil do atual passivo municipal foi alterado basicamente pelo recebimento da segunda parcela do empréstimo do Banco Mundial (R\$ 886 milhões)¹¹, e continua concentrado em contratos de dívida renegociada com a União e em financiamentos com BID, BIRD, BNDES e CEF. O perfil de amortização desse endividamento é suave e de longo prazo, com reduzida concentração de vencimentos.

¹¹ Detalhes da operação com o BIRD podem ser encontrados na versão anterior deste documento e nos Relatórios de Transparência Fiscal publicados no site da SMF.

Vale lembrar que o empréstimo do Banco Mundial, enquanto troca de dívida, não constitui efetivamente serviço ou aumento do endividamento, devendo ser desconsiderado para uma análise correta dos fluxos de pagamentos. Assim, expurgando-se efeito das amortizações extraordinárias contabilizadas em 2010 e 2011, verifica-se que as amortizações da dívida continuaram relativamente constantes em torno de R\$ 350 milhões anuais nos últimos anos, coerentes com o efeito de longo prazo do perfil de pagamentos.

Conforme previsão da última versão do MGMP, o ano de 2011 marcou uma mudança em relação às entradas em caixa de novos recursos de operações de crédito, com o valor de R\$ 212 milhões situando-se bem acima do baixo patamar de R\$ 50 milhões verificado até 2010 – reflexo das dificuldades de contratação de novas operações de crédito pelo Município até aquele ano, na esteira dos acordos de renegociação da dívida com a União.

Seguindo o padrão dos últimos anos, a variação dos estoques das dívidas, dada a escassez de novas contratações, deveu-se, basicamente, às variações dos seus indexadores (IGP-DI no caso da União e taxa de câmbio no caso da dívida externa). Quanto à composição da dívida, o principal fator continuou sendo a troca de dívida União x Banco Mundial. A tabela seguinte apresenta os principais indicadores de endividamento desde 2008.

Tabela 3

Indicadores da Dívida				
			em R\$ milhões (valores correntes)	
Dívida Financeira	2008	2009	2010	2011
Estoque da Dívida Financeira Interna e Externa da Adm. Direta	8.515	7.898	8.178	8.756
Dívida per Cápita (R\$)	1.268	1.245	1.230	1.378
Dívida como % das Receitas Totais Com Operações de Crédito	78%	68%	54%	49%
Dívida como % das Receitas Totais Sem Operações de Crédito	78%	68%	57%	52%
Dívida como % das Receitas Correntes	80%	70%	60%	53%
Dívida Financeira Externa (Dez 31)	731	505	1.357	2.423
Como % da Dívida Direta	9%	6%	17%	28%
Dívida Financeira Vinculada ao Câmbio (Dez 31)	842	563	1.409	2.476
Como % da Dívida Direta	10%	7%	17%	28%
Principais Limites Legais de Endividamento	2008	2009	2010	2011
Dívida Bruta Total (Conceito MP 2185-35)	8.716	8.093	8.368	8.962
Dívida Líquida Total (Conceito da LRF)	5.599	3.544	5.640	6.832
Limite da MP 2185-35 (Dívida Bruta / Receita Líquida Real)	118%	101%	85%	80%
Limite da LRF (Dívida Líquida / Receita Corrente Líquida)	58%	34%	45%	48%
Limite da LRF (Encargos Médios Dívida / Receita Corrente Líquida)	10,5%	6,3%	5,4%	5,1%

O bom desempenho da arrecadação, aliado à relativa estabilidade dos saldos de dívida em valores correntes, permitiu que o Município continuasse em 2011 enquadrado em todos os limites de endividamento, inclusive no de dívida total previsto no contrato de renegociação da dívida com a União (MP 2185-35, o mais restritivo). Este indicador apresentou-se como a principal restrição a novas operações de crédito até 2010, pois os resultados acima de 1,00 (ou 100%) acarretavam na possibilidade de contratação unicamente de operações de crédito que dessem continuidade a operações já em andamento na década de 90 ou que constituíssem pagamentos antecipados à União (como a efetuada com o Banco Mundial) ou, ainda, que estivessem relacionadas a programas de pequena monta para melhorias de gestão em diversas áreas (como PMAT-BNDES, PNAFM e Reluz).

Em termos da composição, o desembolso da última parcela do empréstimo com o Banco Mundial elevou a participação da dívida externa em US\$ no total da dívida financeira de 17% em 2010 para 28% em 2011. No entanto, deve-se reafirmar que o risco desta exposição cambial é bastante mitigado do ponto de vista do fluxo de caixa pelo fato de o fluxo de desembolsos desta nova operação ser extremamente suave, especialmente nos cinco primeiros anos, fazendo com que eventual *overshooting* na taxa de câmbio não se traduza em aumento permanente nos desembolsos. Ainda no caso do empréstimo com o BIRD, importa destacar que a previsão contratual de opção pela fixação da taxa de juros foi exercida pelo Município, restando ainda a opção de conversão parcial para R\$.

A evidência de que o desempenho fiscal – e em particular da administração do endividamento – continuou exitoso foi a manutenção da classificação de *investment grade* pela Moody's (Baa2 estável) e pela Fitch (BBB estável)¹² e a concessão, em maio deste ano, do grau de investimento pela Standard&Poor's (BBB estável). Assim, a Cidade encerrou mais um exercício (2011) como o único ente subnacional do país a gozar dos mesmos ratings da União.

4. Projeções Macroeconômicas e de Receitas

A primeira parte desta seção sumaria o que se espera para o agregado da economia brasileira e seus prováveis desdobramentos sobre a economia municipal, bem como os principais riscos ao cenário esperado. A segunda parte apresenta previsões das principais fontes de receitas bem como os riscos pertinentes.

¹² Ratificado em outubro deste ano.

A tabela 4, abaixo, apresenta as projeções de médio prazo para as principais variáveis macroeconômicas.

Tabela 4

VARIÁVEIS	2013	2014	2015
PIB real ano (%)	4,20%	4,00%	4,00%
IPCA-E ano (%)	5,25%	5,00%	5,00%
IGP-DI ano (%)	4,90%	4,90%	4,50%
IGP-M ano (%)	5,00%	4,90%	4,50%
TAXA DE JUROS (Selic) Média	8,17%	9,00%	9,00%
Taxa de Câmbio (US\$/R\$) Média	1,91	1,90	1,93

Fonte: BCB (Focus) 22/06/2012

A tabela reflete o que foi apresentado em seção anterior: continuidade do crescimento sem maiores sobressaltos, proporcionando o pano de fundo para a geração de oportunidades de crescimento, investimento e absorção de mão-de-obra no Município do Rio de Janeiro.

Os principais riscos a que se submete o cenário macroeconômico acima continuam basicamente os mesmos da versão anterior do MGMP e são basicamente ligados à economia internacional. As informações disponíveis neste momento nos permitem afirmar que eles não são de ruptura e, portanto, não ameaçam as possibilidades abertas para a economia carioca.

Postas as informações acima, a tabela 5 apresenta as projeções de receitas para os anos de 2012 a 2015.

Tabela 5**DEMONSTRATIVO DE OPERAÇÕES FISCAIS - Projeções 2012 a 2015 - (R\$ MILHÕES)**
Administração Direta + Indireta

	2012	2013	2014	2015
	LOA 2012	PLOA 2013	PLOA 2013	PLOA 2013
RECEITAS CORRENTES	18.354	20.812	22.748	25.700
Tributárias	7.337	8.401	9.658	11.100
IPTU	1.645	1.758	1.949	2.148
ISS	4.227	4.954	5.772	6.733
ITBI	647	785	939	1.120
IRRF	467	529	583	642
Taxas	351	376	415	457
Contribuições	2.400	2.623	2.743	3.112
Patrimoniais	969	995	1.141	1.271
Industrial	10	13	13	14
Serviços	351	337	390	434
Transferências Correntes	5.856	6.701	7.336	8.075
da União	1.966	2.443	2.699	2.980
do Estado	2.225	2.411	2.647	2.908
Cota-Parte ICMS	1.634	1.767	1.928	2.106
Cota-Parte IPVA	426	455	508	567
Outros	165	189	211	235
Multigovernamentais (FUNDEB)	1.600	1.814	1.986	2.183
de Instituições Privadas	-	-	-	-
de Convênios	66	33	4	5
Outras Receitas Correntes	1.432	1.742	1.467	1.694
RECEITAS DE CAPITAL	1.193	1.241	1.009	660
Alienações de Bens	441	250	216	50
Amortizações de Empréstimos	112	126	146	153
Transferências de Capital	334	596	359	148
Outras receitas de capital	306	269	288	309
RECEITAS TOTAIS [1]	19.548	22.053	23.758	26.360
DESPESAS CORRENTES	16.639	19.080	20.613	22.437
Pessoal e Encargos	9.665	10.442	11.307	12.294
Encargos da Dívida Interna e Externa	480	590	674	701
Outras Despesas Correntes	6.494	8.048	8.631	9.442
DESPESAS DE CAPITAL	3.554	4.090	3.944	4.153
Investimentos	3.429	3.928	3.761	3.743
Inversões Financeiras	125	161	183	410
DESPESAS TOTAIS [2]	20.193	23.170	24.556	26.590
<i>Superávit Operacional (Déficit) [3]</i>	1.715	1.732	2.136	3.263
<i>Superávit Financeiro (Déficit) [4]</i>	(646)	(1.117)	(798)	(229)
Amortizações da Dívida Int. e Externa	278	307	379	473
<i>Superávit Financeiro Bruto (Déficit) [5]</i>	(924)	(1.423)	(1.177)	(702)
<i>Superávit Financeiro Líquido das DC (Déficit) [6]</i>	2.784	2.812	2.962	3.513
Operações de Crédito	956	1.459	1.217	747
Operações de Crédito Internas	869	1.389	1.133	667
Operações de Crédito Externas	86	70	84	80
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	32	36	40	45
<i>Superávit consolidado (déficit) [7]</i>	-	-	-	-
RECEITAS TOTAIS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	20.503	23.513	24.975	27.107
DESPESAS TOTAIS EMPENHADAS	20.503	23.513	24.975	27.107

[1] Não incluem operações de crédito

[2] Não incluem amortizações da dívida

[3] Total das Receitas Correntes menos o total das despesas Correntes.

[4] Receitas Totais menos Despesas Totais, excluindo as amortizações da dívida.

[5] Receitas Totais menos Despesas Totais, incluindo amortizações da dívida.

[6] Receitas Totais menos Despesas Totais, excluindo as amortizações de empréstimos e dispêndios de capital.

[7] Resultado final após operações de crédito.

No que se refere às **receitas tributárias**, as variações da arrecadação de **IPTU** refletem basicamente os ajustes cadastrais a serem realizados na base de contribuintes (imóveis não cadastrados e com cadastro defasado).

A expansão dos **valores de ISS** continua calcada na continuidade do bom momento do mercado de trabalho do município, que vem proporcionando sensíveis elevações na massa de rendimentos dos trabalhadores – com efeitos expressivos sobre os preços e as quantidades dos serviços tributados. Adicionalmente, ajustes na legislação do imposto também contribuirão com seu nível de arrecadação.

A dinâmica do **ITBI** é a representação da força da atividade imobiliária no município que se espera preservada pela combinação de expansão do crédito da massa de rendimentos da população e dos lucros das empresas.

As **receitas patrimoniais** têm como principais *drivers* o rendimento das aplicações financeiras (caixa) e a administração dos próprios municipais. Assim, a redução esperada do caixa acumulado pela Prefeitura por conta dos investimentos a serem realizados tem como resposta uma redução desta fonte de receita, no médio prazo. É estimada redução dos valores da casa dos R\$ 700 milhões para a casa dos R\$ 500 milhões, parcialmente compensadas pelas entradas com a gestão do patrimônio da Cidade (foros, termos e concessões de uso, aluguéis, dentre outros). Passando agora às **transferências correntes**, o comportamento daquelas **referentes à União** é reflexo basicamente dos valores relativos ao SUS, que são impactados pelas necessidades de atendimentos na rede hospitalar e seguem uma dinâmica correlacionada com o nível de atividade econômica.

No que se refere às **transferências do Estado**, os valores projetados bem como suas taxas de variação são fruto das flutuações na atividade econômica do Estado do Rio de Janeiro e, durante algum tempo, de questões legais relacionadas ao Índice de Participação dos Municípios – que determinam a cota-parte do ICMS.

Cabe, novamente, mencionar que essas transferências são notadamente obrigatórias (constitucionais) e não de caráter discricionário/voluntário, o que reduz o grau de incerteza com o qual o Município se depara. No que se refere especificamente aos *royalties*, registre-se que eles têm baixa participação nas receitas totais do Município e, assim, independentemente do desfecho da atual discussão sobre a repartição federativa destas receitas, o impacto sobre as finanças municipais previstas é baixo. Note-se, também, que os valores projetados para esta

rubrica não incluem adicionais de receita que certamente advirão com a exploração da camada “pré-sal”.

Os riscos associados a estas projeções estão basicamente ligados ao nível de atividade econômica em nível nacional e sua correlação com as economias do estado e do município – afetando transferências e tributos. Neste sentido, importa reafirmar que os investimentos direta ou indiretamente ligados à Copa do Mundo e Olimpíadas, dado o seu caráter prioritário, não serão afetados por eventuais medidas que venham a ser necessárias na esfera do governo federal, o que confere maior sustentabilidade à dinâmica projetada.

Finalizando, importa ressaltar que o município segue colhendo os benefícios da introdução da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – a Nota Carioca – que modernizou a relação entre o contribuinte e a Prefeitura e reduziu sensivelmente as possibilidades de fraude fiscal.

5. Financiamento e Amortização da dívida

Conforme assinalado em seção anterior, o esforço empreendido nos últimos exercícios representou sensível melhora nos indicadores de solvência da cidade, seja da ótica dos limites regulatórios de endividamento (MP 2185-35 e LRF) seja da ótica da avaliação de mercado – como atestam as notas de crédito das principais agências de *rating*. Do ponto de vista regulatório, ao final de 2011 haveria espaço para acréscimos ao estoque de dívida de R\$ 2,2 bilhões pela MP 2185-35 e de R\$ 10 bilhões pela LRF – conforme se pode verificar na tabela 6 apresentada mais adiante.

O planejamento estratégico do município, revisto em 2012, continua concentrando seus investimentos (com capital próprio ou de terceiros) nas áreas de infra-estrutura urbana, especialmente transportes (corredores de ônibus articulados – BRTs), saneamento (Zona Oeste), macrodrenagem (Bacia de Jacarepaguá e arredores do Maracanã) e urbanização de comunidades populares (Programa Morar Carioca). O norte é preservar ao máximo o Tesouro Municipal de ônus financeiros derivados da construção dos novos espaços de competições esportivas sob responsabilidade municipal (notadamente, Vila Olímpica e Parque Olímpico do Autódromo), que serão construídos e operados por parceiros privados em troca de contrapartidas públicas não financeiras (notadamente, liberação de potencial construtivo)¹³.

¹³ Ressaltamos, ainda, que a matriz de responsabilidades para a Copa do Mundo 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 define as atribuições específicas do Município, Estado e União, tanto em termos dos espaços

Diante da atual posição financeira do Município, do embasamento regulatório já existente e da destinação pretendida para os recursos, entende-se que a contratação de novas operações de crédito, desde que fiscalmente sustentáveis, mostra-se claramente meritória, na medida em que será gerado um legado permanente para o dia-a-dia dos cidadãos com tais obras de infraestrutura urbana. Neste sentido, conduziram-se negociações para operações com condições financeiras atrativas e de perfis de pagamento de longo prazo, sem concentração de pagamentos em datas específicas.

As operações de crédito contratadas no mercado nacional ao final de 2010 – destinadas ao financiamento do corredor de transportes TransCarioca (BNDES - R\$ 1,2 bilhão), de obras de urbanização de comunidades populares (CEF - R\$ 247,6 milhões) e de macrodrenagem e saneamento nas áreas de Jacarepaguá e Santa Cruz (CEF - R\$ 405,7 milhões) – tiveram os primeiros desembolsos em 2011, tendo novas liberações previstas para exercícios seguintes, de acordo com os respectivos cronogramas físico-financeiros.

A estratégia de endividamento busca a manutenção da elevada capacidade de pagamento municipal, de forma a não comprometer o cronograma de investimentos. Ou seja, o Município se endivida maximizando os investimentos, porém, respeitando a totalidade dos seus compromissos financeiros (que incluem servidores, previdência, fornecedores, precatórios). No entanto, deve-se ressaltar que esta meta não implica necessariamente a manutenção dos mesmos indicadores de endividamento (*ratios*) existentes ao final de 2011. De fato, os superávits financeiros acumulados nos últimos exercícios deverão ser (ainda que não totalmente) utilizados para cumprir os cronogramas das obras previstas para os próximos anos, pois em uma cidade com uma elevada carência de serviços e com eventos de vulto no médio prazo, não faria sentido propor a manutenção permanente de poupança fiscal ou de um endividamento líquido tão baixo.

A tabela a seguir apresenta projeções dos principais indicadores da dívida, que estão alinhados à obrigatoriedade de enquadramento nos limites regulatórios e à manutenção da capacidade de pagamento.

esportivos como de infraestrutura urbana. A organização física e o ônus financeiro destes eventos, desta forma, não recaem exclusivamente sobre o Município. Exemplos de importantes iniciativas sob responsabilidade dos outros entes são o complexo esportivo do Maracanã, a expansão da rede de metrô (ambos em andamento pelo Governo do Estado), o complexo esportivo de Deodoro e os aeroportos (sob administração federal).

Tabela 6

Objetivos Fiscais	em R\$ milhões (valores correntes)				
	2012	2013	2014	2015	
Previsão das Receitas Correntes	18.354	20.812	22.748	25.700	
Previsão das Receitas Totais sem Operações de Crédito	19.817	22.054	23.758	26.360	
Previsão das Receitas Totais com Operações de Crédito	20.503	23.513	24.975	27.107	
Previsão da Dívida Financeira Int. e Ext. da Adm. Direta (Dez 31)	9.562	10.944	12.049	12.654	
Dívida como % das Receitas Correntes	52%	53%	53%	49%	
Dívida como % das Receitas Totais sem Operações de Crédito	48%	50%	51%	48%	
Dívida como % das Receitas Totais com Operações de Crédito	47%	47%	48%	47%	
Previsão da Dívida Bruta Total (Conceito da MP 2185-35)	9.757	11.107	12.189	12.777	(a)
Previsão de Dívida Líquida Total (Conceito da LRF)	6.439	6.250	7.421	8.250	(b)
Limite da MP 2185-35 (Dívida Bruta / Receita Líquida Real)	80%	88%	93%	93%	(c)
Limite da LRF (Dívida Líquida / Receita Corrente Líquida)	42%	39%	44%	47%	(d)
Previsão de Reavaliações da Dívida Financ. da Adm. Direta (indexação)	393	223	261	324	
Previsão de Juros da Dívida Financeira da Adm. Direta	488	566	638	649	(e)
Total de gastos financeiros com dívida	882	789	899	974	
Previsão de recebimento de novos empréstimos	686	1.459	1.217	747	(f)

(a) Inclui a dívida financeira da administração direta MAIS dívida contratual e parcelamentos de INSS/IR/FGTS das indiretas.
(b) Corresponde a Dívida Bruta Total da MP 2.185-35 MAIS contingências e precatórios MENOS os saldos totais em caixa.
(c) Este limite de estoque de dívida da MP 2.185-35 (contrato de dívida com a União) é de 1,00 (ou 100%).
(d) Este limite de estoque de dívida da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) é de 1,20 (ou 120%).
(e) A previsão de juros constante na tabela 5 é ligeiramente maior por inclui também serviços da dívida da administração indireta.
(f) No ano de 2012, o valor é inferior à entrada prevista na tabela 5, por refletir uma previsão atualizada em relação àquela da LOA 2012.

Percebe-se a tendência de aumento em especial do endividamento líquido do caixa, dado que a poupança fiscal acumulada nos últimos exercícios deverá ser empregada nos investimentos projetados. A entrada de recursos de novos empréstimos deverá atingir novo patamar, sem, no entanto, sacrificar as obrigações imediatas de pagamento, dado o perfil suavizado de longo prazo destes contratos. As relações Dívida Financeira / Receitas (totais e correntes) seriam mantidas muito próximas ao nível de encerramento de 2011.

As previsões de correção dos saldos (reavaliação), de amortizações e de juros estão alinhadas com as condições e com as expectativas de liberação de recursos das operações recentemente contratadas (que dependem do andamento físico-financeiro das obras) e com as previsões de câmbio, juros e inflação para os próximos exercícios (PLOA 2013). Alterações na realização de todas essas variáveis obviamente poderão alterar os dados acima, bem como o avanço das negociações de outras operações de crédito.

A próxima tabela apresenta as projeções de financiamento da dívida para os próximos quatro exercícios, considerando todas as operações de crédito já contratadas de acordo com o cronograma físico-financeiro atualmente projetado, bem como duas operações já aprovadas

pela Câmara Municipal e ainda não contratadas (financiamento de R\$ 1,097 bilhão para o BRT Transbrasil e assistência técnica de US\$ 16,2 milhões junto ao Banco Mundial).

Tabela 7

Financiamento de Dívida					
	em R\$ milhões (valores correntes)				
	2012	2013	2014	2015	
Previsão de Amortizações da Dívida Financeira da Adm. Direta	273	301	373	466	(A)
Dívida com o Tesouro Nacional (R\$)	202	226	252	280	
Dívida com o Tesouro Nacional (US\$)	4	2	1	-	
Dívida bancária (interna) e outros	22	27	72	124	
Dívida Funda Externa (BID, BIRD)	46	45	48	62	
Previsão recebimento de novos empréstimos	686	1.459	1.217	747	(B)
Dívida com o Tesouro Nacional (R\$)	-	-	-	-	
Dívida com o Tesouro Nacional (US\$)	-	-	-	-	
Dívida bancária (interna) e outros	648	1.389	1.134	667	
Dívida Funda Externa (BID, BIRD)	38	70	83	80	
Superávit Financeiro Requerido sem considerar consumo do caixa inicial	(413)	(1.158)	(844)	(280)	(A) - (B)
Previsão de Reavaliações da Dívida Financeira da Adm. Direta (indexação)	393	223	261	324	(E)
Dívida com o Tesouro Nacional (R\$)	292	295	290	270	
Dívida com o Tesouro Nacional (US\$)	1	0	0	1	
Dívida bancária (interna) e outros	40	-45	-12	10	
Dívida Funda Externa (BID, BIRD)	61	-27	-16	43	
Estoque previsto da Dívida Financeira da Administração Direta (Dez 31)	9.562	10.944	12.049	12.654	(F)
Dívida com o Tesouro Nacional (R\$)	6.003	6.071	6.109	6.099	
Dívida com o Tesouro Nacional (US\$)	51	48	47	48	
Dívida bancária (interna) e outros	1.032	2.350	3.401	3.953	
Dívida Funda Externa (BID, BIRD)	2.476	2.473	2.492	2.554	

(A): os valores nesta Tabela são ligeiramente inferiores àqueles informados na tabela 5, pois aqui incluem somente a Adm. Direta.
(F) = (F) anterior - (A) + (B) + (E).

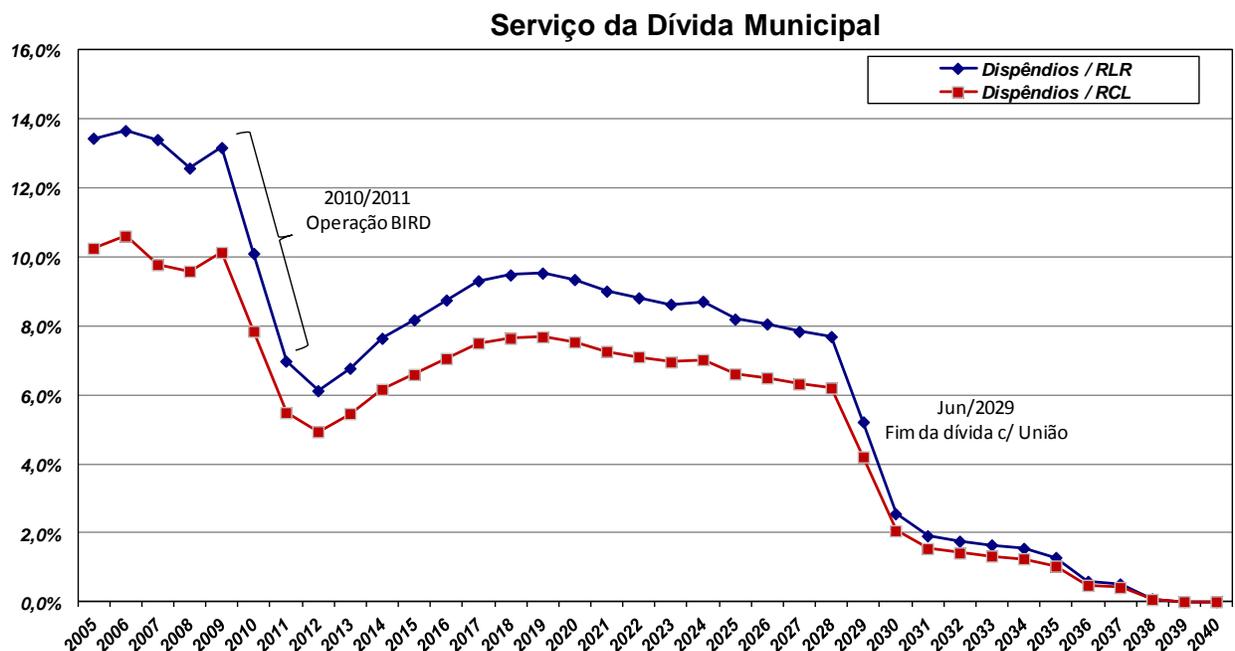
Nota-se claramente a manutenção do perfil suavizado de amortizações, o qual, contraposto ao aumento da entrada de recursos de novas operações, oferece baixíssima pressão sobre o caixa municipal, não havendo necessidade de geração de superávits financeiros para cumprimento destas obrigações, ainda mais considerando o acúmulo de caixa nos exercícios anteriores.

Em termos da composição da dívida projetada, espera-se um crescimento dos saldos junto a bancos internos (BNDES e CEF) e organismos internacionais (BID e BIRD), todos com prazos de pagamento entre 20 e 30 anos, com pagamentos periódicos que eliminam concentrações de dispêndios e mitigam o efeito dos indexadores destes contratos sobre o caixa municipal.

Apresentamos, ainda, a projeção de comprometimento da Receita Líquida Real (RLR) e da Receita Corrente Líquida (RCL) com pagamentos de juros e principal da dívida, alinhada às

operações projetadas conforme tabelas acima. O gráfico 9 demonstra que o esforço fiscal empreendido e, em especial, a operação de renegociação da dívida com a União através do financiamento do Banco Mundial, garantiram a ampla sustentabilidade da dívida municipal. Até 2010, o Município comprometia cerca de 13% da RLR e 10% da RCL com os encargos de sua dívida financeira. Tais percentuais caíram para 8,0% e 6,0% em 2011, respectivamente, estabilizando-se em níveis inferiores a 10% da RLR e 8% da RCL nos próximos anos, ainda que considerando as novas operações de crédito recentemente contratadas.

Gráfico 9



6. Cenário de Gastos sem Mudanças de Política

Esta seção apresenta o “Cenário de Gastos sem Mudança de Política”. Trata-se do cenário básico de despesas – custeio e investimento – com o qual trabalha a Prefeitura, e corresponde, portanto, àquele que contempla todos os gastos relacionados aos programas existentes e ao custeio de suas atividades normais. Cabe destacar que, sob a ótica do Plano Estratégico da Prefeitura, os programas existentes estão divididos em *estratégicos* e *complementares*. Os primeiros são aqueles definidos pelo Planejamento Estratégico, e os outros aqueles já existentes. Assim, o cenário básico inclui, também, aqueles programas ainda não iniciados, mas já previstos pelo referido Planejamento.

Dando seguimento à proposta de ampliar a cobertura do relatório, esta versão acrescenta às áreas de resultado Educação, Saúde e Infraestrutura Urbana (incluídas na versão de 2011) a área de Transportes. As versões seguintes deste documento agregarão, paulatinamente, as demais áreas. A título de informação, segue abaixo a atual lista de áreas de resultado do orçamento municipal:

- Educação;
- Saúde;
- Infraestrutura urbana;
- Transportes;
- Ordem Pública;
- Emprego e Renda;
- Meio Ambiente;
- Cultura, Esporte e Lazer;
- Assistência Social;
- Gestão e Finanças Públicas;
- Outros Programas: aqui incluídos, Câmara Municipal, Tribunal de Contas, previdência, gestão de operações especiais e reserva de contingência .

Para dar uma visão geral, a tabela abaixo apresenta as despesas realizadas em 2010 e 2011 e as projetadas para os próximos quatro exercícios (base LOA 2012 e PLOA 2013-2015).

Tabela 8

R\$ milhões

Grupo de Despesas	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Despesas Correntes	11.328	14.140	16.639	19.080	20.613	22.437
1- Pessoal	6.677	8.427	9.665	10.442	11.307	12.294
2- Juros da Dívida	626	513	480	590	674	701
3- Outras Correntes	4.025	5.201	6.494	8.048	8.631	9.442
Despesas de Capital	2.951	4.583	3.832	4.396	4.322	4.626
4- Investimentos	1.560	3.347	3.429	3.928	3.761	3.743
5- Inversões	58	78	125	161	183	410
6- Amortização da Dívida	1.333	1.158	278	307	379	473
Reserva de Contingência	-	-	32	36	40	45
Total geral	14.279	18.723	20.503	23.513	24.975	27.107

É importante destacar que os valores de duas despesas apresentam efeitos contábeis que precisam ser estornados para uma análise horizontal e vertical mais correta. No caso das despesas com Amortização de Dívidas, é necessário estornar os valores referentes ao registro meramente contábil da amortização antecipada da dívida com a União derivada da operação com o Banco Mundial nos anos de 2010 (R\$ 959 milhões) e 2011 (R\$ 886 milhões), dado que, conforme explicado na seção 3.1, estes montantes derivam de troca de dívida e não de encargo efetivo ao Município.

O segundo efeito a ser estornado dá-se nas Despesas de Pessoal e Encargos. A partir de 2011, a subvenção paga mensalmente de forma extra-orçamentária pelo Tesouro Municipal ao FUNPREVI (Fundo Especial de Previdência do Município do Rio de Janeiro) passou a ser constituída como contribuição suplementar, sendo objeto de contabilização como Receita de Contribuições (do Funprevi) e Despesa de Pessoal e Encargos (pelo Tesouro). O valor de aproximadamente R\$ 978 milhões em 2011 (e nos anos seguintes, com as correções devidas) acarreta aumento dos valores registrados nestas duas rubricas cujo efeito é meramente contábil.

Na tabela 8 pode-se perceber o efeito do ajuste fiscal (receitas e despesas) iniciado em 2009 e continuado em 2010, que permitiu um expressivo aumento da capacidade de investimentos da Cidade – que saiu de meros 3,7% em 2009 para 17,9% em 2011 e passa a representar cerca de 16% do orçamento entre 2012 e 2015. Tais investimentos serão majoritariamente financiados com recursos próprios, complementados com operações de crédito (descritas na

seção anterior, de endividamento) e, secundariamente, recursos não reembolsáveis do Orçamento Geral da União.

A tabela 9, a seguir, apresenta as projeções para o período 2012 a 2015 para as 4 áreas de resultado selecionadas e para o agregado das demais áreas. Juntas, essas 4 áreas representam mais de 60% das despesas orçadas para os próximos exercícios, além de englobarem mais de 85% dos investimentos projetados neste quadriênio.

Tabela 9

R\$ milhões

Área de Resultado	2012	2013	2014	2015
EDUCAÇÃO	4.118,6	4.734,6	5.411,5	6.177,8
1- Pessoal	2.895,1	3.101,9	3.500,2	3.807,0
3- Outras Correntes	1.081,5	1.355,8	1.519,3	1.852,3
4- Investimentos	142,0	213,4	262,2	306,3
7- Custeio decorrente de Investimentos	108,3	63,5	129,7	212,1
INFRAESTRUTURA URBANA	3.059,9	3.510,6	4.086,5	4.193,7
1- Pessoal	666,7	789,8	825,4	862,5
3- Outras Correntes	1.033,0	1.146,4	1.234,3	1.325,1
4- Investimentos	1.359,2	1.409,1	1.879,5	1.866,1
5- Outras	1,0	9,5	3,5	3,8
7- Custeio decorrente de Investimentos	0,0	155,9	143,9	136,2
SAÚDE	3.998,6	4.593,0	4.887,0	5.221,6
1- Pessoal	1.317,0	1.260,7	1.317,4	1.376,7
3- Outras Correntes	2.538,1	3.081,3	3.292,2	3.425,3
4- Investimentos	143,5	146,3	155,8	197,4
7- Custeio decorrente de Investimentos	319,9	104,7	121,6	222,2
TRANSPORTES	1.447,7	2.017,2	1.338,6	1.225,0
1- Pessoal	47,4	47,7	49,9	52,1
3- Outras Correntes	187,8	205,1	229,0	236,5
4- Investimentos	1.212,4	1.758,7	1.053,9	930,2
7- Custeio decorrente de Investimentos	0,0	5,6	5,9	6,2
Total das 4 Áreas	12.624,8	14.855,4	15.723,6	16.818,1
DEMAIS ÁREAS DE RESULTADO	7.878,5	8.657,2	9.251,0	10.289,2
1- Pessoal	4.738,7	5.210,9	5.543,1	6.075,6
3- Outras Correntes	1.653,5	1.961,3	2.026,6	2.146,1
4- Investimentos	572,2	435,9	409,4	442,6
5- Outras	914,1	1.049,2	1.272,0	1.624,9
Total geral	20.503,3	23.512,6	24.974,7	27.107,2

As variações dos valores apresentados na tabela se devem, evidentemente, à implementação dos programas estratégicos da Prefeitura que serão detalhados na seção subsequente. Assim, as variações observadas entre os anos (algumas significativas) se devem à realização dos investimentos e à incorporação dos custos deles decorrentes – cujo detalhamento será apresentado na seção 8.

Após a incorporação definitiva destes custos a cada uma das áreas de resultado, as suas taxas de variação tendem a se acomodar, como se pode observar de forma mais clara, na tabela 9, com os gastos de pessoal – cujas taxas de variação, na maior parte dos casos, se estabilizam em 4,5%.

Outro destaque da tabela acima é a concentração dos investimentos nas áreas de transportes e infraestrutura urbana – uma vez que, de agora em diante, são necessários menos investimentos *físicos* (obras) em saúde e educação e maior concentração de gastos correntes na melhoria da qualidade – o que ficará claro mais adiante quando do detalhamento dos programas estratégicos.

No contexto do parágrafo anterior, os investimentos apenas em transportes e infraestrutura urbana responderão por quase 80% dos investimentos totais do município entre 2012 e 2015, o que vai ao encontro do objetivo de preparar a cidade para os grandes eventos que acolherá deixando um legado de maior bem estar para a população. No que concerne aos gastos correntes com saúde e educação, eles serão responsáveis por cerca de 60% do orçamento total do município em custeio.

7. Prioridades e Objetivos

Esta seção apresenta os tópicos relacionados ao Planejamento Estratégico do município. Deste modo, para as quatro áreas de resultado explicitadas neste relatório teremos: i) o diagnóstico, com base no ano de 2009, dos problemas encontrados bem como as prioridades e os objetivos dele decorrentes; e ii) os princípios que norteiam a alocação de recursos entre as áreas. Esta é uma seção *descritiva*. A expressão financeira do que aqui será apresentado é objeto da seção seguinte.

Os diagnósticos são apresentados dos pontos de vista geral e específico. Do ponto de vista geral, temos as questões que dizem respeito ao cotidiano e às atividades correntes de cada área de resultado – organização gerencial – e também aquelas questões referentes à maneira específica com a qual a administração entende cada área – no contexto deste relatório, algo mais aplicável a saúde e educação. O que se trata como específico são os diversos aspectos que envolvem cada um dos programas desenhados para solucionar problemas específicos concernentes às políticas públicas em cada área.

Antes de iniciar o detalhamento por área de resultado, vale ressaltar que esta versão do MGMP reflete a primeira revisão do Planejamento Estratégico realizada neste ano de 2012. Deste modo, o Planejamento Estratégico para o período 2013-2016 dá continuidade, atualiza e expande o Plano realizado em 2009, partindo da experiência acumulada nestes pouco mais de 3 anos de vigência. O sucesso do Plano 2009-2012, com mais de 80% de suas metas cumpridas, aliado às perspectivas positivas para a Cidade do Rio de Janeiro nos próximos anos, autoriza esta administração a perseguir metas e iniciativas ainda mais ambiciosas para a cidade.

A tabela abaixo apresenta os programas para as áreas de resultado cobertas por este relatório.

Tabela 10

Área de Resultado e Programas
EDUCAÇÃO
0024 - MIDIA, ESCOLA E SOCIEDADE
0315 - MODERNIZACAO DA GESTAO E MELHORIA DA INFRAEST. NA EDUCACAO
0316 - MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCACAO CARIOCA
0317 - ESPACO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL
0334 - ESCOLAS DO AMANHA
0337 - REFORÇO ESCOLAR
0338 - SAUDE NAS ESCOLAS
0339 - RIO CRIANCA GLOBAL
0381 - GESTAO ADMINISTRATIVA - EDUCACAO
0391 - GESTAO DOS SERVICOS E SISTEMAS INFORMATIZADOS - EDUCACAO
0400 - ESCOLA CARIOCA EM TEMPO INTEGRAL
INFRAESTRUTURA URBANA
0023 - PROTECAO DE ENCOSTAS E AREAS DE RISCO GEOTECNICO
0051 - GESTAO SUSTENTAVEL DA LIMPEZA URBANA
0071 - RIO CONSERVACAO - CONSERV E MELH. LOGRAD E ESP. DE INTER. PUBL.
0073 - ILUMINACAO PUBLICA
0085 - INTERVENCOES PREDIAIS
0094 - PLANEJAMENTO, ACOMP. E CONTROLE DO DESENV. URBANO
0097 - CONTROLE DE ENCHENTES
0144 - PROJETOS URBANISTICOS E DE REESTRUTURACAO URBANA
0147 - INFORM. GERENC., ESTAT., CARTOG. E DADOS GERAIS SOBRE A CIDADE
0210 - PROAP III - PROG DE URBANIZ DE ASSENT. POP. DO RJ - TERCEIRA FASE
0304 - PORTO MARAVILHA
0319 - INTERVENCOES DE REVITALIZACAO E REESTRUTURACAO URBANA
0320 - MORAR CARIOCA - MINHA CASA MINHA VIDA
0321 - MORAR CARIOCA - URBANIZACAO
0352 - CHOQUE DE ORDEM - CONSERVACAO DA CIDADE
0353 - BAIRRO MARAVILHA
0384 - GESTAO ADMINISTRATIVA - INFRAESTRUTURA URBANA
0394 - GESTAO DOS SERV. E SIST. INFORM. - INFRAESTRUTURA URBANA
0402 - UPP SOCIAL
0403 - PARQUE OLIMPICO
0404 - RIO VERDE - TRANSFORMACAO DA RIO BRANCO
0405 - REVITALIZACAO DA CIDADE NOVA
0406 - GESTAO INTEGRADA DE VIAS PUBLICAS
0407 - CONSERVACAO DE VIAS ESPECIAIS E TUNEIS
0409 - RIO ACESSIVEL
SAÚDE
0305 - ACOES E PROGRAMAS DE SAUDE E LINHAS DE CUIDADO
0306 - ATENCAO AMBULATORIAL ESPECIALIZADA E HOSPITALAR
0308 - VIGILANCIA EM SAUDE E INFORMACAO EPIDEMIOLOGICA
0309 - CONTROLE DO RISCO SANITARIO E DE ZOONOSES
0318 - INFRAESTRUTURA E GESTAO DO SUS
0330 - SAUDE PRESENTE
0331 - REESTRUTURACAO DO ATENDIMENTO DE URGENCIA E EMERGENCIA
0332 - DESOSPITALIZACAO - PADI E LEITOS DE RETAGUARDA
0333 - CRIACAO DE UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA
0380 - GESTAO ADMINISTRATIVA - SAUDE
0390 - GESTAO DOS SERVICOS E SISTEMAS INFORMATIZADOS - SAUDE
0426 - ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL
0427 - SAUDE INTELIGENTE
TRANSPORTES
0038 - TRANSPORTES E MOBILIDADE URBANA
0200 - RIO OBRAS VIARIAS
0364 - RACIONALIZACAO E INTEGR. FISICO-TARIF. - BILHETE UNICO CARIOCA
0365 - TRANSCARIOCA
0366 - TRANSOLIMPICA
0367 - TRANSOESTE
0386 - GESTAO ADMINISTRATIVA - TRANSPORTES
0396 - GESTAO DOS SERVICOS E SISTEMAS INFORMATIZADOS - TRANSPORTES
0411 - TRANSBRASIL
0412 - VLT DO CENTRO
0413 - PROJETO DE TRANSPORTE AQUAVIARIO
0414 - TRAFEGO INTELIGENTE
0415 - PLANO DE MOBILIDADE SUSTENTAVEL
0416 - RIO BOA PRACA

7.1. Saúde

7.1.1. Diagnóstico

O sistema de saúde do Município do Rio de Janeiro tem apresentado melhorias significativas nos últimos três anos, em particular a ampliação da cobertura do programa de atenção básica (Programa Saúde da Família) e do Programa de Desospitalização de Idosos (PADI), além da abertura de Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e a reestruturação do atendimento de urgência e emergência. Por outro lado a Área de Saúde ainda apresenta uma forte demanda por investimentos que serão norteados pelos seguintes pontos.

- A cobertura da atenção básica ainda está aquém do desejado.
- Indicadores de saúde básica tais como mortalidade infantil e materna, incidência de tuberculose, mortalidade por neoplasia também podem ser melhorados.
- Ainda há dificuldades para acesso à rede de saúde.
- Há problemas de regulação de leitos em todas as esferas de saúde pública – municipal, estadual e federal.
- Há carência da tecnologia de informação para permitir soluções inovadoras comprometendo a eficiência do atendimento aos pacientes e a gestão dos recursos.

7.1.1. Metas

- Atingir mortalidade infantil inferior a 10 por 1.000 nascidos vivos até 2016.
- Atingir mortalidade materna inferior a 41 por 100.000 nascidos vivos até 2016.
- Reduzir em pelo menos 25% até 2016 o tempo de espera nas emergências municipais CER (Coordenação de Emergência Regional), tendo como referência o ano de 2011.
- Atingir 70% de cobertura do Programa Saúde da Família no município até 2016.
- Atingir o tempo adequado de espera para 90% das consultas médicas eletivas, por tipo de consulta, até 2016, tendo como referência o ano de 2012.

- Garantir que até 2016 não haja pacientes em leitos não cadastrados no CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde), em nenhuma das unidades da rede hospitalar municipal, tendo como referência o ano de 2011.

7.1.2. Programas Estratégicos

7.1.2.1. Saúde Presente

- **Situação Atual:** O Programa Saúde Presente é a principal estratégia utilizada pelos Sistemas de Saúde do Mundo para obter melhores resultados na qualidade e expectativa de vida da população. O Rio de Janeiro em 2008 apresentava os piores indicadores. A partir da reforma da atenção primária implantada com o Programa Saúde Presente, em 2009, a cidade deixou de ocupar as piores posições do País em cobertura de atenção primária saindo de 3,5% para 27,3% em 2011. Para isto foram construídas 52 novas unidades (as Clínicas da Família) e 66 unidades antigas foram reformadas. Neste período, diversos bairros do Rio de Janeiro alcançaram 100% de cobertura de Saúde da Família, dentre estes: Rocinha, Mangueiras, Mangueira, Acari, Rocha, Santa Cruz, Gardênia Azul, Moneró e Galeão (Ilha do Governador).
- **Descrição:** Entre 2012 e 2016, o Saúde Presente continuará expandindo sua cobertura com a construção de 79 novas Clínicas da Família, totalizando 279 unidades e a reforma das 64 unidades de atenção primária restantes.
- **Resultados Esperados:** Ampliação da cobertura do Saúde Presente para 70% em 2016; melhoria da qualidade e expectativa de vida da população, com atendimento mais resolutivo e próximo ao cidadão e consequente redução do fluxo de pacientes nas grandes emergências do município. Melhoria na autopercepção de saúde, com maior autoprevenção e maior acesso à informação. Mais de 80 comunidades/bairros com 100% de cobertura no Programa Saúde da Família.

7.1.2.2. Reestruturação do Atendimento de Emergência

- **Situação Atual:** Até 2009 havia uma fragmentação no atendimento a urgência e emergência na cidade. Desde então, constituiu-se um sistema integrado e humanizado através da implantação do Sistema de Acolhimento e Classificação de Risco nas grandes

emergências (Miguel Couto, Lourenço Jorge, Salgado Filho, Souza Aguiar), que resultou na redução no tempo médio de espera nos pacientes.

- **Descrição:** Estruturação das portas de entrada das emergências municipais, integração com a Defesa Civil, SAMU e GSE - Grupamento de Socorro e Emergência - e implantação da regionalização, através da Coordenação de Emergência Regional (CER). Conclusão dos Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Gerencial de Recursos Humanos (iniciados em 2009 com a FIOTEC – Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde), conforme sua necessidade quantitativa e dos fluxos operacionais verticais, nas unidades, e transversais, na rede de hospitais de emergência do Município.
- **Resultados Esperados:** Melhoria da saúde da população, através da redução do tempo médio de espera, acabando com a superlotação das emergências e maior agilidade à resposta a eventos e desastres de grande porte.

7.1.2.3. Desospitalização – PADI e Leitos de Retaguarda

- **Situação Atual:** A estruturação das redes de urgência/emergência tem demandado ampliação e oferta de leitos de retaguarda, a fim de reduzir a ocupação nas grandes emergências municipais. O Programa de Atenção Domiciliar ao Idoso (PADI) caracteriza-se por um conjunto de ações de promoção à saúde, prevenção e tratamento de doenças e reabilitação prestadas em domicílio. O programa destina-se prioritariamente a pacientes acima de 60 anos com doenças passíveis de recuperação funcional e de melhora da autonomia, visando à desospitalização. Implementado em 2010 com nove equipes, somando-se à equipe piloto inicial, o programa alcançou em 2011 uma cobertura de cerca de 1 milhão de cariocas.
- **Descrição:** A iniciativa consiste na ampliação do PADI e dos leitos de retaguarda, permitindo o aperfeiçoamento deste serviço, através da recuperação da capacidade instalada e aumento da oferta. Entre 2012 e 2016, o PADI será ampliado, atingindo 70% de cobertura populacional, chegando a 46 equipes. O programa conta com as seguintes categorias profissionais: médico, enfermeiro, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, nutricionista, psicólogo, fonoaudióloga, assistente social e técnico de enfermagem.
- **Resultados Esperados:** Melhoria da saúde da população, por meio da redução da internação de longa permanência e melhoria na qualidade do atendimento aos pacientes

da terceira idade; otimização do uso dos recursos liberando leitos hospitalares para internação de novos pacientes e melhoria do padrão de atendimento.

7.1.2.4. Saúde Inteligente

- **Situação Atual:** Nos últimos 3 anos houve uma grande mudança no uso da tecnologia na Prefeitura. Até então, não havia registro eletrônico com dados dos pacientes em nenhuma unidade de saúde. Em 2011, mais de 1 milhão de pessoas tinham seus dados cadastrais e dados clínicos registrados nos prontuários das Clínicas das Famílias. Em 2008 houve 49 mil internações pelo Centro Municipal de Regulação, número que saltou para 190 mil em 2011.
- **Descrição:** A iniciativa Saúde Inteligente contemplará: Prontuário Eletrônico Ambulatorial – disponibilização de todos os dados cadastrais e clínicos de todos os usuários do sistema de saúde; Sistema de Informação e Controle de Gestão de Saúde – disponibilização das informações de forma remota com acompanhamento de indicadores; Central de Regulação – para agendamento de exames, consultas e internações em todas as unidades hospitalares 24/7; e Telemedicina – laudos de exames complementares e segunda opinião formativa por teleconferência em todas as unidades da Rede Municipal de Saúde.
- **Resultados Esperados:** Disponibilidade das informações clínicas dos cidadãos em toda rede ambulatorial municipal e aumento da qualidade do serviço prestado à população. Aumento da eficiência na regulação, redução no tempo de espera para marcação de consultas e exames e aumento da resolubilidade dos casos. Geração de informações gerenciais a partir do prontuário eletrônico e notificações compulsórias. Maior comodidade ao cidadão no acesso ao sistema de saúde.

7.2. Educação

7.2.1. Diagnóstico

A reformulação do projeto pedagógico da rede de educação pública do Rio de Janeiro provocou mudanças positivas no cenário da educação da cidade. A “aprovação automática” foi descontinuada, promoveu-se um aumento da participação dos pais na educação de seus filhos, e as crianças em áreas de risco receberam atendimento especial por meio das “Escolas do Amanhã”. Adicionalmente, foi desenvolvida uma nova política para a Primeira Infância com a

criação dos EDIs (Espaço de Desenvolvimento Infantil), resultando na criação de 15 mil novas vagas nas creches entre 2009 e 2011.

Desde 2009 houve também uma maior integração entre a área de Educação e demais áreas como Saúde – com o programa Saúde nas Escolas – e Assistência Social, com a definição de condições vinculadas à Educação para recebimento dos benefícios do Programa Cartão Família Carioca, como presença mínima dos alunos beneficiários nas aulas.

Entretanto, existem alguns desafios a serem superados:

- A carga horária das escolas municipais é reduzida quando comparada às referências internacionais.
- As escolas da rede municipal ainda carecem de mais laboratórios, bibliotecas e salas de leitura.
- Existem escolas com baixa conectividade, o que limita o acesso a recursos tecnológicos.

7.2.2. Metas

- Obter uma nota média entre as escolas públicas municipais igual ou superior a 6,0 para os anos iniciais e igual ou superior a 5,0 para os anos finais do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) em 2015.
- Garantir que, pelo menos, 95% das crianças com 7 anos de idade ao final do ano de 2016 estejam alfabetizadas.
- Reduzir para menos de 5% a taxa de analfabetismo funcional entre os alunos do 4º ao 6º ano em 2016.
- Ter pelo menos 35% dos alunos da rede municipal em tempo integral até 2016.
- Garantir que 96% dos alunos da rede municipal se formem no 2º segmento até os 16 anos.
- Criar 60 mil vagas para educação infantil entre 2009 e 2016.

7.2.3. Programas Estratégicos

7.2.3.1. Escola Carioca em Tempo Integral

- **Situação Atual:** Até 2011, apenas 79 (7%) das 1.064 escolas municipais do Rio operavam em turno único de no mínimo 7 horas, das quais 20 oferecem o 2º segmento. Este número está muito aquém do que é recomendado pelas melhores práticas internacionais, que indicam que há relação direta entre o aumento de carga horária em aula e o desempenho dos alunos, como se pode observar nos sistemas educacionais europeu e americano.
- **Descrição:** O Escola Carioca em Tempo Integral é a 2ª geração de investimento no salto de qualidade da educação pública municipal do Rio de Janeiro. A nova Escola Carioca em Turno Único funcionará em horário integral com uma grade curricular específica, com mais tempos de aulas das disciplinas básicas, além de tempo dedicado para a Educação para Valores e Estudo Dirigido. Estará organizada em grupamentos por faixa etária: Casas de Alfabetização (1º ao 3º ano), Primário (4º ao 6º ano) e Ginásio (7º ao 9º ano), de forma a obter maior aproveitamento dos alunos e especialização dos professores para cada etapa do aprendizado. Buscará a Excelência Acadêmica formando jovens competentes, autônomos, solidários e com um projeto de vida – protagonistas do seu futuro.
- **Resultados Esperados:** Melhoria na qualidade do ensino público com alcance de níveis de desempenho equivalentes aos dos países da OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - e adequação à legislação carioca, com as escolas municipais adotando o padrão de 7 horas de ensino. Alcançar a melhor nota na Prova Brasil em 2015 entre as redes municipais de ensino do País.

7.2.3.2. Espaço de Desenvolvimento Infantil - EDI

- **Situação Atual:** Desde 2009, o atendimento à Educação Infantil foi ampliado em 15 mil vagas em creches. Em relação à qualidade, o avanço se deu com a criação do cargo de Professor de Educação Infantil, qualificação dos agentes auxiliares de creche, desenho e implementação de orientações curriculares para creche e pré-escola, definição e implementação de indicadores de avaliação e monitoramento do desenvolvimento infantil, desenho e implementação do Programa Primeira Infância Completa - PIC e Escola da Família, modelo alternativo e intersetorial de atendimento às crianças e formação dos responsáveis sobre cuidados na Primeira Infância. A iniciativa necessita, no entanto,

continuar em um plano ainda mais ambicioso para suprir o déficit de vagas para educação infantil na Cidade do Rio de Janeiro, que priva muitas crianças do acesso à educação adequada e obriga mães a abdicar de seus trabalhos e ficar com seus filhos.

- **Descrição:** A iniciativa Espaço de Desenvolvimento infantil (EDI) é composta de três frentes: (i) Expansão do Atendimento, (ii) Salto de Qualidade e (iii) Integração intersetorial. (i) A Expansão do Atendimento consiste no crescimento da rede de atendimento à Educação Infantil em 30 mil novas vagas, prioritariamente na Zona Oeste e em áreas de alta concentração de beneficiários do Cartão Família Carioca. Essa frente prevê também o refinamento na Política de Acesso à Creche (a partir da inclusão de critérios de priorização mais customizados em relação às necessidades das famílias) e a adequação da oferta de vagas à demanda local (através do georreferenciamento dos equipamentos e otimização de vagas intrapolos de matrícula); (ii) O Salto de Qualidade consiste na garantia de professores de educação infantil em todas as turmas desde o berçário, orientados a partir de uma clara proposta pedagógica. Também prevê a elaboração e implementação de Sistema de Avaliação e Monitoramento; (iii) A Integração Intersetorial prevê a garantia de atendimento a 100% dos beneficiários do Cartão Família Carioca através da modalidade creche ou do PIC, e o refinamento e a implementação do programa intersetorial de atendimento alternativo.
- **Resultados Esperados:** Ampliação do acesso à Educação Infantil em 30 mil vagas, garantindo que as vagas oferecidas atendam à demanda da população mais vulnerável; melhoria do desenvolvimento infantil das crianças atendidas, assegurando condições básicas de saúde e permitindo o nivelamento de diferenças socioeconômicas no desempenho escolar futuro; articulação de todas as ações da Prefeitura voltadas para a Primeira Infância para a garantia do atendimento integral da criança e sua família.

7.2.3.3. Reforço Escolar

- **Situação Atual:** Em 2009, foram identificados cerca de 28 mil analfabetos funcionais entre os alunos do 4º ao 6º ano da rede pública municipal do Rio de Janeiro. Constituiu-se então o projeto Reforço Escolar, com foco em realfabetização e aceleração para garantir um processo de aprendizado com sucesso para todos os alunos da rede. Organizaram-se turmas dedicadas para analfabetos funcionais diagnosticados nos 4º, 5º e 6º anos do ensino fundamental. Organizaram-se também turmas dedicadas com o objetivo de reduzir

a defasagem idade-ano escolar, tanto no 1º como no 2º segmento. Desde então, 25,5 mil alunos foram realfabetizados entre 2009 e 2011 e 7 mil estão em processo de realfabetização. Além disso, 33 mil alunos tiveram a aprendizagem acelerada entre 2009 e 2011 e, em 2012, 34 mil alunos estão em processo de aceleração. No entanto, ainda é necessário expandir o programa de forma a reduzir a defasagem idade-série, que ainda se configura como um desafio para a educação municipal carioca.

- **Descrição:** O Programa Reforço Escolar visa dar continuidade ao processo de qualificação de aprendizagem e de atenção constante à manutenção do fluxo correto na rede pública municipal do Rio de Janeiro. Os dois eixos de atuação — realfabetização e aceleração — continuam na próxima etapa, porém para atendimento a um número bem menor de alunos, buscando manter todos estudando no ano escolar adequado à idade. O foco transfere-se para recuperação paralela intensiva e reforço escolar no contraturno (projeto “Nenhuma Criança a Menos”), não permitindo que nenhum aluno fique para trás. A execução do projeto passa pela capacitação permanente de professores, realização de convênios, contratação de parceiros e monitoramento do desempenho escolar.
- **Resultados Esperados:** Melhoria na qualidade do ensino público, com foco na redução do analfabetismo funcional e da defasagem idade série dos alunos.

7.2.3.4. Escola do Amanhã

- **Situação Atual:** Em 2009, a Prefeitura identificou mais de 150 escolas localizadas em áreas com altos índices de violência, com riscos à qualidade de ensino. Nessas escolas os alunos apresentavam traumas, bloqueios e dificuldades de aprendizagem em função da rotina de exposição à violência e os professores se desmotivavam a trabalhar em uma localização tão problemática. Para enfrentar estes desafios, a Prefeitura implementou o programa Escolas do Amanhã, em que os alunos têm acesso a reforço escolar, atividades de contraturno, atividades de integração à comunidade, saúde nas escolas e desbloqueio cognitivo, entre outros. Este programa deve ser expandido a fim de solucionar estas questões, ainda presentes em áreas com altos índices de violência, especialmente no que diz respeito à evasão escolar.
- **Descrição:** O programa visa promover a melhoria da aprendizagem e qualidade educacional em todas as escolas do ensino fundamental localizadas em áreas vulneráveis, com altos índices de violência, ou recém-pacificadas. Estas escolas

tipicamente apresentam alto índice de evasão escolar, de crianças não alfabetizadas, de defasagem idade-série, e conseqüentemente, um desempenho acadêmico abaixo do restante da rede Municipal de Ensino. Os pilares fundamentais do Programa são: (i) Reforço escolar; (ii) Educação em tempo integral com atividades extracurriculares no contraturno; (iii) Educação especial no ensino de ciências pela experimentação; (iv) Capacitação de professores e coordenadores pedagógicos; (v) Seleção de integrantes-chave da comunidade para atuarem como empreendedores da escola; (vi) Saúde nas Escolas - Trabalho em conjunto com a Saúde para diagnosticar e acompanhar os alunos e promover a educação em saúde.

- **Resultados Esperados:** Melhoria na qualidade do ensino público, com a redução da evasão escolar.

7.2.3.5. Rio Criança Global

- **Situação Atual:** Desde 2010, o Programa Rio Criança Global vem ampliando o ensino de língua inglesa aos alunos das escolas da Rede Municipal do Rio de Janeiro. Em 2012, o Programa atende a todos os alunos de 1º ao 7º ano do Ensino Fundamental. No entanto, alunos do 8º e 9º ano ainda não são contemplados com os benefícios desta iniciativa, o que gera uma descontinuidade no processo de aprendizado de língua inglesa e afeta o aluno na fase final de seus estudos.
- **Descrição:** A iniciativa Rio Criança Global objetiva estender o ensino de inglês para todos os alunos do 1º ao 9º ano de todas as Escolas Municipais da Cidade, atendendo o 8º ano a partir de 2013 e o 9º ano a partir de 2014, com ênfase na oralidade.
- **Resultados Esperados:** Melhoria na qualidade do ensino público com o ensino de língua inglesa, enfatizando a oralidade, fazendo com que os alunos estejam, após o 9º ano, entre o nível básico e intermediário de uso da língua e ampliando suas oportunidades.

7.2.3.6. Saúde nas Escolas

- **Situação Atual:** A maioria dos alunos da rede municipal de ensino, que concentra grande parcela da população carente, não tem acesso a atendimento médico preventivo, prejudicando seu desempenho na escola. Nesse sentido, foi implementada em 2010 a iniciativa Saúde nas Escolas, que em 2011 realizou mais de 500 mil atendimentos na rede

municipal, com saúde auditiva, visual e bucal. Este número precisa ser expandido como forma de levar esta melhora na qualidade da saúde pública para uma parcela maior das crianças da rede municipal de ensino.

- **Descrição:** O Programa Saúde na Escola (PSE) visa à integração e articulação permanente da Educação, da Saúde e da Assistência Social, proporcionando melhoria da qualidade de vida dos alunos da rede municipal de ensino. O PSE tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes, por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino. Para isso serão formadas equipes móveis incluindo médicos, dentistas, fonoaudiólogos e oculistas, para realização e avaliação de atendimentos de saúde bucal, ocular e auditiva nos alunos da rede.
- **Resultados Esperados:** Melhoria da qualidade do serviço público de saúde oferecido aos alunos da Rede Municipal de Ensino e, conseqüentemente, melhoria do desempenho dos alunos nas escolas, com redução nos níveis de analfabetismo funcional, evasão escolar e defasagem idade-série.

7.3. Transportes

7.3.1. Diagnóstico

Uma série de intervenções estruturantes na área de Transportes está em andamento ou programada no Rio de Janeiro, como a construção de corredores exclusivos para ônibus articulados (Ligeirão) – TransOeste, TransCarioca, TransOlímpica e TransBrasil.

A Prefeitura também avançou na integração dos diversos modais de transportes com o lançamento do Bilhete Único Carioca, que já integrou a tarifa ônibus-ônibus e ônibus-trem e, ainda em 2012, será integrado a Ligeirão-TransOeste. Além disso, licitou todas as linhas de ônibus da cidade e implementou corredores exclusivos para ônibus (BRS).

Em paralelo, o governo do estado vem investindo na ampliação da rede metroviária da cidade e na modernização dos trens da SuperVia.

No entanto, os cariocas ainda enfrentam problemas críticos na mobilidade urbana, como a superlotação, a demora no atendimento, a falta de conforto e o trânsito lento. Alguns desafios precisam ser superados para que esta realidade seja revertida, tais como:

- A população não dispõe de uma rede estrutural de alta capacidade compatível com as suas demandas e com as dimensões da cidade.
- Metrô, barcas e vans ainda não foram integrados ao sistema do Bilhete Único Carioca.
- Há uma hipertrofia do sistema de transporte de passageiros por ônibus e vans, que passaram a operar linhas sobrepostas e concorrentes entre si e em relação aos modais ferroviários e metroviários.
- Existe um desequilíbrio geográfico na oferta de ônibus da cidade, com excesso na Zona Sul e no Centro e falta na Zona Oeste.
- A frota de veículos, em franco aumento tanto na capital quanto na Região Metropolitana, exige gerenciamento ativo.
- A infraestrutura da rede de equipamentos de tráfego (semáforos, medidores, painéis de mensagem, câmeras, etc.) ainda apresenta baixa automação, o que dificulta a gestão eficaz do desempenho do trânsito na cidade.
- Embora tenhamos na cidade uma grande quantidade de táxis, os serviços se encontram aquém do desejado em função da má qualidade da frota, falta de padrão no serviço e da baixa capacitação de parte dos condutores.

7.3.2. Metas

- Reduzir pela metade o tempo médio de deslocamento dos ônibus nos principais percursos da cidade em sistemas BRT (Ligeirão) e em pelo menos 20% em sistemas BRS no ano de inauguração de cada sistema, mantendo a redução nos anos subsequentes.
- Reduzir a taxa de acidentes com vítima no trânsito em, pelo menos, 15% até 2016, tendo como referência o ano de 2008.
- Integrar todos os meios de transporte público ao sistema tarifário do Bilhete Único Carioca, até 2016.

- Alcançar 60% dos usuários de transporte público no município do Rio de Janeiro que usam pelo menos um meio de transporte de alta capacidade (trem, metrô, ou Ligeirão) até 2016.
- Concluir as obras e iniciar as operações da TransOeste, TransCarioca, TransOlimpica e TransBrasil.
- Modernizar 100% da frota de ônibus até 2016, adotando ônibus modernos com ar-condicionado, motor traseiro, combustível verde e recursos de acessibilidade.
- Garantir que 100% dos táxis estarão dentro dos padrões de qualidade exigidos pelo Rio Boa Praça até 2016.

7.3.3. Programas Estratégicos

7.3.3.1. Racionalização e Integração Físico-Tarifária – Bilhete Único Carioca

- **Situação Atual:** A pouca oferta de transporte de alta capacidade no Rio de Janeiro resultou em uma extensa malha de linhas de ônibus, sem racionalidade e com uma grande frota circulante. Ao mesmo tempo, a presença do transporte alternativo, muitas vezes concorrente com os ônibus, ocasiona um grande número de veículos em circulação, contribuindo para congestionamentos. Além disso, os diversos modais de transporte – ônibus, trem, metrô, etc. – eram pouco integrados e caros para o cidadão. Há dois anos a Prefeitura iniciou a integração dos diversos modais com o lançamento do Bilhete Único Carioca, que integrou a tarifa nas integrações ônibus-ônibus e ônibus-trem. Os desafios ainda permanecem devido à não integração desses modais com metrô, barcas e vans.
- **Descrição:** Esta iniciativa propõe racionalizar o sistema tanto fisicamente quanto do ponto de vista tarifário através de duas frentes de atuação: (i) racionalização das linhas de ônibus e vans no Rio de Janeiro, de forma a manter sua capilaridade de forma mais eficiente e integrada aos modais de alta capacidade. Isto inclui a racionalização dos ônibus regulares da cidade e também a organização e regularização das vans de forma complementar às linhas de ônibus, e (ii) integração tarifária através da expansão do Bilhete Único Carioca para todos os modais de transportes coletivo: trem, metrô, barcas,

Ligeirão, VLT, ônibus, STPL (vans) e Transporte Complementar (“Cabritinho”) até 2016, possibilitando que as viagens do cidadão sejam realizadas de forma eficaz e econômica.

- **Resultados Esperados:** Espera-se ter um sistema de transporte mais racionalizado, com frotas menores de ônibus e de vans, porém mais integradas aos modais de alta capacidade, resultando em melhor trânsito, mais opções de deslocamento e mais barato para o cidadão.

7.3.3.2. Modernização da Frota de Ônibus

- **Situação Atual:** O Rio de Janeiro possui uma das frotas de ônibus mais novas do país, com ônibus de idade média de cerca de 3 anos. Porém existe uma grande diferença entre os ônibus municipais que circulam na cidade, nos quesitos de acessibilidade, conforto (ar-condicionado) e sustentabilidade (tipo de combustível utilizado). Além disso, existem também grandes diferenças no grau de conservação, conforto e informações nos abrigos de ônibus. Por último, existe uma forte percepção da população que os condutores dos ônibus estão mal treinados, oferecendo um serviço ruim à população.
- **Descrição:** A iniciativa consiste na modernização de 100% da frota de ônibus até 2016, adotando: (i) veículos modernos com ar-condicionado, motor traseiro, recursos de acessibilidade, GPS, motor padrão Euro-5 e combustível S10; (ii) pontos de ônibus com conforto (teto) e informações sobre itinerário; (iii) treinamento de condutores; (iv) sistema de informação ao usuário e câmeras de segurança na frota de ônibus.
- **Resultados Esperados:** Espera-se ter um sistema de transporte mais integrado aos modais de alta capacidade e com frotas de ônibus mais modernas, diminuindo o número de veículos nas ruas e resultando em melhor trânsito e serviço aos usuários. Essa modernização contribuirá para um trânsito mais eficiente e sustentável.

7.3.3.3. TransOeste

- **Situação Atual:** A Zona Oeste é a região de expansão natural da cidade e, atualmente, a malha rodoviária desta região não dá vazão ao volume de veículos, gerando grandes congestionamentos e lentidão no trânsito. A Serra da Grota Funda representa o maior gargalo da região. Este Projeto já se encontra bastante avançado tendo sido inaugurado em Junho de 2012.

- **Descrição:** Iniciado em agosto de 2010, o projeto da TransOeste consiste em um corredor exclusivo para ônibus articulados conhecido como Ligeirão-TransOeste. A iniciativa consiste na construção de 56 Km de pista e 55 estações de Ligeirão, ligando a Barra da Tijuca até o centro de Santa Cruz e o centro de Campo Grande. A TransOeste ainda estará interligada com a TransCarioca no Terminal Alvorada, com o metrô na linha 4, com a TransOlímpica no Terminal Salvador Allende e com as estações de trem no centro de Santa Cruz. A obra inclui investimentos na reurbanização do trajeto, como alargamento e construção de vias, túneis, pontes, viadutos, ciclovias, implantação de equipamentos de tráfego (semáforos, medidores, painéis de mensagem, câmeras etc.) com alta automação e implementação de sistemas de iluminação e drenagem.
- **Resultados Esperados:** A TransOeste proporcionará um meio de transporte público de qualidade, de alta capacidade para a população, conectada às redes de metrô, trem e Ligeirão; possibilitando redução do tempo de viagem entre o centro de Santa Cruz e a Barra da Tijuca pela metade, atendendo uma demanda prevista de 220 mil passageiros por dia.

7.3.3.4. TransCarioca

- **Situação Atual:** A Cidade do Rio de Janeiro apresenta historicamente uma grande carência de ligações transversais de transporte. Este problema agravou-se ainda mais com o grande crescimento da região da Barra da Tijuca a partir da década de 1990, tornando urgente uma ligação de transporte público eficiente entre esse bairro e a Zona Norte da cidade. Hoje, o deslocamento entre essas regiões é lento e oneroso, impactando negativamente no crescimento e na qualidade de vida da região.
- **Descrição:** Iniciado em 2010, o projeto da TransCarioca consiste em um corredor exclusivo para ônibus articulados conhecido como Ligeirão-TransCarioca. Trata-se de um corredor rápido de ônibus ligando a Barra da Tijuca ao Galeão, integrando as redes de trem e metrô da cidade. A obra ainda inclui investimentos na reurbanização do trajeto, como alargamento e construção de vias, ciclovias, pontes e viadutos, implantação de equipamentos de tráfego (semáforos, medidores, painéis de mensagem, câmeras, etc) com alta automação e implementação de sistemas de iluminação e drenagem.
- **Resultados Esperados:** A TransCarioca proporcionará um meio de transporte público de qualidade, de alta capacidade para a população das regiões da Barra, Zona Norte e

Galeão, conectada às redes de metrô e trem; possibilitando redução do tempo de viagem entre a Barra da Tijuca e o Galeão pela metade, atendendo uma demanda prevista de 570 mil passageiros por dia.

7.3.3.5. TransOlimpica

- **Situação Atual:** A ligação entre a Baixada de Jacarepaguá e a AP 5 (Zona Oeste) faz-se principalmente através da Estrada do Catonho, que se encontra sobrecarregada e sem condições de ampliação da sua capacidade de tráfego. Além disso, o aproveitamento de qualquer via do sistema viário de Jacarepaguá, na área da Taquara, não é recomendável, tendo em vista que todas as vias convergem para o Largo da Taquara, cujo entorno já tem esgotada sua capacidade de absorver novos volumes de tráfego. Com o advento das Olimpíadas Rio 2016, este trajeto se torna ainda mais crítico, visto que ligará dois polos dos jogos (Barra e Deodoro).
- **Descrição:** O projeto da TransOlimpica consiste na implantação de uma ligação transversal em corredor expresso pedagiado, em faixa dedicada, entre Deodoro e Recreio dos Bandeirantes. A iniciativa prevê a construção de uma nova via expressa entre Jacarepaguá e Magalhães Bastos interligada com o Recreio através do alargamento da Av. Salvador Allende. A obra inclui investimentos no alargamento e/ou construção de vias, pontes, viadutos, ciclovias, implantação de equipamentos de tráfego (semáforos, medidores, painéis de mensagem, câmeras, etc.) com alta automação e implementação de sistemas de iluminação e drenagem.
- **Resultados Esperados:** A TransOlimpica proporcionará um meio de transporte público de qualidade, de alta capacidade para a população da AP 4 e AP 5, conectada à rede de trem; possibilitando redução do tempo de viagem entre Deodoro e Recreio dos Bandeirantes pela metade, atendendo uma demanda prevista de 110 mil passageiros por dia.

7.3.3.6. TransBrasil

- **Situação Atual:** A Avenida Brasil é a principal via de acesso à Cidade do Rio de Janeiro, sendo importante eixo de ligação das Zonas Oeste, Norte e Baixada Fluminense ao Centro da Cidade. Atualmente, a Avenida Brasil encontra-se saturada em vários horários

ao longo do dia, trazendo prejuízo principalmente para os usuários de transporte público, em particular no deslocamento casa-trabalho-casa.

- **Descrição:** O projeto da TransBrasil consiste na construção de um corredor de ônibus expresso entre Deodoro e o Centro da Cidade. A obra inclui investimentos na reurbanização do trajeto (alargamento e/ou construção de vias, sinalização, iluminação, drenagem e revitalização das calçadas).
- **Resultados Esperados:** A TransBrasil propiciará um meio de transporte público de alta capacidade para a população das regiões da AP 5, AP 3, AP 1 e Baixada Fluminense, e atenderá uma demanda prevista de 900 mil passageiros por dia.

7.3.3.7. VLT do Centro

- **Situação Atual:** O sistema de transporte coletivo baseado em ônibus para a região central da cidade, em particular a Região Portuária, não tem se mostrado eficiente. Com a perspectiva de adensamento desta região e a conseqüente necessidade de melhorar as condições de mobilidade, é necessário dotar a região de um sistema de transportes eficiente, limpo e integrador.
- **Descrição:** A iniciativa prevê a implementação de um sistema de veículos leves sobre trilhos (VLT) que integrará os diversos modais de transporte (metrô, trem, barcas) e pontos estratégicos (Rodoviária, Praça Mauá, Avenidas Rio Branco e Presidente Vargas, Praça XV, Aeroporto Santos Dumont).
- **Resultados Esperados:** Melhor integração dos modais de transporte no Centro da Cidade, em particular na Região Portuária, com melhoria das condições de mobilidade; redução do tempo de viagem; redução do número de ônibus em circulação; contribuição para melhoria das condições ambientais.

7.3.3.8. Transporte Aquaviário

- **Situação Atual:** A mobilidade nas regiões da Barra da Tijuca e Jacarepaguá ainda é restrita a meios de transportes rodoviários. Os moradores da região enfrentam frequentes congestionamentos devido ao elevado volume de tráfego. O complexo de lagoas da Barra (Jacarepaguá, Camorim e Tijuca), que abrange toda a parte sul da Baixada de Jacarepaguá, oferece grande potencial para o desenvolvimento de meios de transporte

aquaviários. O mesmo também ocorre na Baía de Guanabara, que conecta o Centro e as Zonas Norte e Sul da cidade.

- **Descrição:** A iniciativa consiste na análise da viabilidade do complexo de lagoas receber um modal aquaviário na região da Barra como alternativa ao transporte rodoviário, a fim de ajudar a reduzir o trânsito nas principais vias e contribuir para a exploração do potencial turístico da região.
- **Resultados Esperados:** Avaliar viabilidade técnica e financeira de se instalar um modal aquaviário no complexo de lagoas da Barra da Tijuca, com o objetivo de proporcionar aos moradores da Barra da Tijuca, Jacarepaguá e, possivelmente, outras regiões da cidade, uma nova opção de circulação, incentivando o uso de transportes ecologicamente sustentável, reduzindo congestionamentos e melhorando as condições ambientais da cidade.

7.3.3.9. Tráfego Inteligente

- **Situação Atual:** A infraestrutura da rede de equipamentos de tráfego (semáforos, medidores, painéis de mensagem, câmeras etc.) tem baixa automação, o que dificulta a gestão eficaz do desempenho do trânsito na cidade.
- **Descrição:** A iniciativa visa implementar sistemas de monitoramento e previsão de tráfego que capturem e integrem a informação dos equipamentos de trânsito instalados na cidade. Nesse sentido, a infraestrutura de equipamentos inteligentes – semáforos, painéis de mensagem e medidores de tráfego – será expandida de forma a cobrir os principais fluxos da cidade.
- **Resultados Esperados:** Espera-se melhorar a capacidade da CET-RIO – Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro – de prever pontos críticos de congestionamentos na cidade e intervir de forma preventiva para reduzir o número de gargalos/ pontos de congestionamento e, conseqüentemente, reduzir o tempo de deslocamento dentro da cidade.

7.3.3.10. Plano de Mobilidade Sustentável

- **Situação Atual:** Com o crescimento econômico do país e a melhoria das condições de vida da população do Rio de Janeiro, a frota de carros e motos da Cidade do Rio de

Janeiro vem crescendo mais de 3% por ano nos últimos 10 anos. Nas cidades vizinhas e na Região Metropolitana do Rio este crescimento é ainda maior. Por ser o centro econômico da região, isto implica no crescimento da frota circulante na Cidade do Rio de Janeiro, e como consequência, em um trânsito cada vez mais lento e congestionado.

- **Descrição:** A iniciativa consiste na elaboração de um Plano de Mobilidade Sustentável, incluindo a definição de políticas e do modelo de estacionamento em áreas públicas da cidade.
- **Resultados Esperados:** Espera-se como resultado desse projeto a implementação de políticas públicas que permitam gerenciar e melhorar as condições de trânsito e estacionamento da cidade frente ao desafio de uma frota crescente.

7.3.3.11. Rio Boa Praça

- **Situação Atual:** Há hoje em dia uma grande quantidade de taxis circulando pelo Rio tornando a cidade uma das maiores usuárias deste meio de transporte. São aproximadamente 30 mil autonomias concedidas pelo poder público, uma relação de 5,1 mil por milhão de habitantes, muito superior a grandes capitais, como por exemplo, Nova Iorque (1,6) e Londres (2,8). Infelizmente existem muitos veículos em situação precária, não há uma padronização no serviço, há queixas com relação à capacitação dos condutores e percebe-se uma queda de oferta justamente em situações de alta demanda tais como datas de grandes eventos e dias de chuva. A Prefeitura iniciou um programa denominado Táxi Boa Praça visando organizar a atividade nos principais aeroportos, mas ele ainda é muito focado na recepção de turistas e limitado em sua abrangência.
- **Descrição:** O Rio Boa Praça consiste, portanto, em transformar integralmente o serviço de táxis no Rio de Janeiro, tanto em sua infraestrutura (veículos, segurança, itens de conforto) quanto no atendimento (informações, preparo dos condutores, disponibilidade) visando dar maior conforto e segurança tanto para o usuário, quanto para o taxista. O projeto deverá determinar as características exigidas para os veículos, incluindo ar condicionado, informações de posicionamento, tempo de percurso, tarifas, entre outros e deverá investir na capacitação dos condutores, exigindo certificações necessárias, tais como domínio de pelo menos uma língua estrangeira, primeiros socorros, cursos de boas maneiras, direção defensiva, entre outros.

- **Resultados Esperados:** Transporte de táxi reconhecidamente seguro, confortável e confiável, que contribuirá para a excelência da imagem da cidade, para a redução dos acidentes no trânsito e para a satisfação dos passageiros.

7.4. Habitação e Urbanização

7.4.1. Diagnóstico

Os esforços da Prefeitura na área de Habitação e Urbanização avançaram significativamente nos últimos anos. A criação do programa “Morar Carioca”, com destaque para a fase final no Complexo do Alemão, e as mais de 35 mil unidades já contratadas e em fase de construção para o “Morar Carioca: Minha Casa Minha Vida” são exemplos desses avanços.

Outro exemplo é o projeto “Bairro Maravilha” que, desde a sua implementação, já recuperou mais de 166 km de vias públicas, e o projeto “Porto Maravilha”, que irá recuperar 5 milhões de m² da área central da cidade, há anos abandonada e em estado de decadência.

O Projeto UPP Social também merece destaque, pois visa coordenar os diversos órgãos da Prefeitura para alcançar maior eficácia na integração plena das áreas pacificadas à malha de serviços públicos e ao cotidiano da cidade.

No entanto, a cidade ainda enfrenta desafios nesta área:

- Déficit habitacional de aproximadamente 300 mil moradias, quadro que pode se agravar até 2025 caso as devidas ações não sejam tomadas.
- Uma parcela importante dos moradores de favelas ainda não tem acesso adequado a serviços básicos como iluminação pública, abastecimento de água, esgoto e coleta domiciliar de lixo.
- A Zona Oeste da cidade ainda possui um contingente populacional vivendo em áreas com carência de infraestrutura urbana, tais como pavimentação e saneamento.
- A rede de drenagem antiga e de baixa qualidade da cidade é uma das principais responsáveis pela vulnerabilidade a chuvas de médias proporções, especialmente em áreas de baixada como Jacarepaguá, Lagoa e Maracanã.

- Ocupação indevida de margens de rios, lagoas, manguezais, encostas e áreas de reserva e preservação ambiental por falta de opções de moradia.

7.4.2. Metas

- Promover, até o final de 2016, a contratação de 100 mil novas unidades habitacionais, com um mínimo de 30% de novas unidades voltadas para a faixa de 0 a 3 salários mínimos, através de parcerias com setor privado e outras esferas do governo, tendo como referência o ano de 2008.
- Alcançar pelo menos 5% de redução de áreas ocupadas por favelas na cidade até 2016, tendo como referência o ano de 2008.
- Garantir que até o final de 2016 não haverá mais famílias vivendo em áreas de alto risco (encostas).
- Expandir o Programa Bairro Maravilha nas Zonas Norte e Oeste, recuperando 582 km e implantando 173 km de vias públicas, respectivamente, até 2016.
- Concluir, até o final de 2016, as obras de requalificação urbana do projeto Porto Maravilha.
- Levar urbanização - água, tratamento de esgoto, drenagem, iluminação pública, coleta de lixo, contenção e pavimentação - a 156 mil domicílios até 2016, no âmbito da iniciativa Morar Carioca.
- Implantar UPP Social em todas as áreas pacificadas.

7.4.3. Programas Estratégicos

7.4.3.1. Morar Carioca Urbanização

- **Situação Atual:** A Cidade do Rio de Janeiro possui um grande contingente populacional vivendo em favelas. São mais de 383,6 mil domicílios distribuídos em 1.041 assentamentos na cidade (que correspondem a 642 unidades). Nos últimos anos, parte desses assentamentos recebeu investimentos em urbanização, e em 2010 foi criado o programa de Integração de Assentamentos Informais Precários – Morar Carioca, que visa à coordenação de esforços na urbanização destas áreas. O programa evoluiu com

sucesso nos últimos dois anos, alcançando mais de 69,5 mil famílias, mas muitas favelas ainda precisam de urbanização.

- **Descrição:** O Programa Morar Carioca foi concebido para integrar-se ao Plano Municipal de Habitação de Interesse Social do qual será instrumento de regularização urbanística e fundiária, articulado a ações que contribuam para a integração efetiva dos assentamentos precários informais atendidos, em consonância com o disposto no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro. A meta do programa é urbanizar 584 unidades urbanizáveis. O programa se desenvolve em três vertentes, duas sob a coordenação da Secretaria Municipal de Habitação e uma terceira a cargo dos órgãos municipais responsáveis pelas obras e serviços públicos e conservação da cidade.
- **Resultados Esperados:** Espera-se com esse programa uma maior integração urbanística, social, econômica e cultural dos moradores dos assentamentos precários informais à cidade. Até 2016 espera-se urbanizar 105 unidades, abrangendo um total de 156 mil domicílios.

7.4.3.2. Morar Carioca Minha Casa Minha Vida

- **Situação Atual:** A partir de 2009 a produção habitacional passou a ser priorizada, em escala, através da adesão da Prefeitura do Rio ao Programa Minha Casa, Minha Vida, do Governo Federal. Até 2011 foi contratada a produção de mais de 35.000 novas unidades habitacionais, para famílias com renda de até R\$ 5 mil, com prazo de entrega de 12 a 18 meses. Entretanto, o déficit habitacional na cidade ainda é grande e estimado em aproximadamente 300 mil unidades. Este déficit se reflete em uma ocupação desordenada da cidade e na expansão de favelas, fazendo-se necessária a continuidade da produção habitacional em larga escala.
- **Descrição:** O projeto Morar Carioca - Minha Casa, Minha Vida contempla a produção de 50 mil unidades habitacionais. O projeto visa estimular a produção habitacional para famílias com renda de até 10 salários mínimos, segmento em que se concentra o déficit habitacional, sendo parte das unidades produzidas destinada a famílias oriundas de área de risco e/ou extrema precariedade.

- **Resultados Esperados:** Espera-se com o programa entregar novas residências a aproximadamente 100 mil famílias, reduzindo substancialmente o déficit habitacional na Cidade do Rio de Janeiro e a população residente em áreas de extrema pobreza, precariedade e risco.

7.4.3.3. UPP Social

- **Situação Atual:** A Cidade do Rio de Janeiro experimenta atualmente um processo de revitalização urbana, social e econômica. A política de segurança pública conduzida pelo Governo do Estado através da criação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) tem contribuído significativamente neste processo. As conquistas na área da segurança nas regiões alcançadas pelas UPPs, por sua vez, trazem consigo tanto o desafio quanto a oportunidade para a extensão e a qualificação da provisão dos bens e serviços públicos nessas áreas, como forma de assegurar a consolidação da paz e efetivar a integração urbana, social e econômica das comunidades ao conjunto da cidade.
- **Descrição:** O programa UPP Social constitui a estratégia da Prefeitura para a integração plena das áreas pacificadas à malha de serviços públicos e ao cotidiano da cidade como um todo. Por meio dele, uma unidade de gestão baseada no Instituto Pereira Passos (IPP Rio) dedica-se à coordenação de investimentos e políticas municipais nas comunidades que contam com as UPPs; à articulação de parcerias com outras esferas de governo, o setor privado e a sociedade civil e à criação de canais permanentes de diálogo e participação social junto às lideranças e moradores das comunidades. A pacificação de novas áreas é acompanhada pela qualificação imediata dos serviços de conservação urbana, iluminação pública, limpeza e coleta de lixo e pela promoção da regularização urbanística e construtiva, abrindo caminho para a elaboração e implantação de planos de integração local, mobilizando os vários setores da Prefeitura, da sociedade e das comunidades para a conquista de novos padrões de serviços públicos – sociais, urbanos e econômicos – em todas as áreas beneficiadas, segundo as demandas e prioridades específicas de cada uma delas.
- **Resultados Esperados:** Acesso regular a bens e serviços públicos essenciais em áreas pacificadas da cidade, com cobertura e qualidade compatíveis com os oferecidos na cidade como um todo.

7.4.3.4. Bairro Maravilha

- **Situação Atual:** Vários bairros da Zona Norte e da Zona Oeste da cidade apresentavam qualidade urbanística muito baixa, devido à falta de investimentos realizados nestas regiões. Enquanto a Zona Norte sofre com a degradação gradual ocorrida ao longo dos anos, a Zona Oeste carece de infraestrutura básica. A consequência é uma redução na qualidade de vida dos moradores dessas regiões, em contraste com bairros mais favorecidos da cidade. Para enfrentar esse desafio a Prefeitura implementou ao longo dos últimos dois anos o Programa Bairro Maravilha, que consiste na requalificação urbana de bairros degradados por meio de uma série de intervenções urbanísticas (iluminação, calçamento, pavimentação, arborização e recuperação de praças) no seu entorno com foco na AP 3 (Zona Norte), e implantação de infraestrutura nos bairros carentes com foco na AP 5 (Zona Oeste).
- **Descrição:** Esta iniciativa consiste na continuação do Bairro Maravilha, visando levar a requalificação urbana às regiões que hoje necessitam receber as obras de requalificação do Programa.
- **Resultados Esperados:** Melhoria da qualidade urbana dos bairros afetados e da qualidade de vida da população residente nos mesmos.

7.4.3.5. Porto Maravilha

- **Situação Atual:** Apesar de sua localização estratégica e grande relevância histórica, a Região Portuária da Cidade do Rio de Janeiro encontrava-se em estado de grande degradação, com abandono ou subutilização de espaços públicos e imóveis públicos e privados. Para reverter esta situação, a Prefeitura do Rio criou uma Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio de Janeiro, conhecida como Porto Maravilha, para resgatar todo seu potencial social, econômico, cultural e turístico.
- **Descrição:** A iniciativa consiste na implantação de um amplo Programa de Requalificação Urbana em 5 milhões de m² (melhoria dos serviços urbanos e nova infraestrutura urbana); um Programa de Desenvolvimento Imobiliário, que visa promover empreendimentos residenciais e comerciais; e um Programa de Desenvolvimento Social, que visa valorizar o patrimônio histórico e cultural e contribuir para a melhoria das condições de vida dos atuais e futuros moradores e usuários da Região Portuária do Rio de Janeiro.

- **Resultados Esperados:** Revitalização da área com a melhoria nas condições ambientais e de vida local, atração de novos moradores e empresas para a região; valorização do patrimônio histórico e cultural e incremento do turismo na região.

7.4.3.6. Parque Olímpico

- **Situação Atual:** A escolha da Cidade do Rio como sede das Olimpíadas 2016 tornou imperiosa a construção de um Parque Olímpico, um dos 4 principais locais programados para o Desenvolvimento Olímpico e ParaOlímpicos dos Jogos de 2016.
- **Descrição:** O Parque Olímpico será implantado na Barra da Tijuca, com sua implantação, operação e manutenção feitas por meio de concessão (Parceria Público-Privada). O projeto de urbanização do Parque Olímpico terá de garantir um legado ambiental, arquitetônico, cultural e econômico sustentável em benefício do ambiente urbano e da qualidade de vida dos cidadãos. O plano urbanístico deverá garantir 3 modos: (i) Modo Jogos: deverá assegurar as melhores condições para a realização e operacionalização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, na área destinada à implantação do Parque Olímpico; (ii) Modo Legado: deverá assegurar a viabilidade da implantação de novos empreendimentos que, somados ao futuro Centro Olímpico de Treinamento, propiciarão a sustentabilidade do projeto, garantindo, para as próximas décadas, uma área exemplar e emblemática para a Cidade do Rio de Janeiro; e (iii) Modo Transição: deverá assegurar uma transição planejada, eficiente e econômica entre o modo Jogos e o modo Legado.
- **Resultados Esperados:** Realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos na Cidade do Rio de Janeiro em 2016, garantindo um legado planejado, eficiente e econômico para a cidade.

7.4.3.7. Rio Verde – Transformação da Avenida Rio Branco

- **Situação Atual:** A Avenida Rio Branco é um importante espaço público, comercial e de negócios da cidade, com intenso movimento de pedestres que não encontram qualidades ambientais, paisagísticas, de acessibilidade e conforto em seu dia a dia de trabalho e/ou lazer. Isto acontece porque a Avenida se transformou em um corredor de tráfego rodoviário da cidade, gerando também excessiva poluição sonora e do ar.

- **Descrição:** O projeto Rio Verde propõe uma transformação completa da Avenida Rio Branco e de seu entorno em um grande complexo dedicado ao pedestre, tanto para lazer quanto para trabalho. A Avenida Rio Branco manterá seu papel de concentradora da atividade econômica, enquanto seu entorno será revitalizado com espaços arborizados, iluminação moderna, coleta de lixo a vácuo e moderna infraestrutura. A realização deste projeto se dará através do fechamento completo da via, da reorganização do sistema de transporte em um anel periférico à região conectado a diferentes modais de transporte (metrô, barcas e VLT), e de obras de transformação do trecho entre as avenidas Presidente Vargas e Presidente Wilson.
- **Resultados Esperados:** Este projeto transformará a Avenida Rio Branco em uma das áreas mais valorizadas da cidade, com ampliação dos espaços de lazer, melhoria das áreas de comércio e negócios, otimização dos meios de transporte na região e redução da poluição sonora e do ar. Além disso, devido à modernização da região, é esperada uma redução de custeio para manutenção da mesma.

7.4.3.8. Revitalização da Cidade Nova

- **Situação Atual:** A região da Cidade Nova sofreu intervenções, ao longo das últimas décadas, de diversos planos urbanísticos que, de modo geral, abrangeram o bairro como um todo, mas que não chegaram a ser implantados por completo, causando o aparecimento de grandes vazios urbanos. Além disso, a região apresenta uma situação fundiária em grande parte indefinida ou sob litígio, que não incentiva a renovação urbana, gera obsolescência das edificações, envelhecimento da infraestrutura e degradação socioeconômica. Atualmente, verifica-se uma relativa retomada da dinâmica urbana da região da Cidade Nova, com novos investimentos na área e o estabelecimento de sedes de grandes empresas com interesse na região.
- **Descrição:** Esta iniciativa propõe a criação de uma operação urbana consorciada nos moldes daquela realizada no Porto Maravilha, que inclui a revisão da legislação urbanística do bairro Cidade Nova de modo a promover a revitalização de áreas degradadas, compatibilizando e integrando a região com a atual renovação do Porto e do Centro da Cidade.

- **Resultados Esperados:** Melhoria da qualidade de vida da população, revitalização mobiliária e comercial da região, integração da região às áreas do Porto e do Centro, melhoria da infraestrutura e das condições ambientais na Cidade Nova.

7.4 Alocação de Recursos entre as Áreas

Esta seção se ocupa em mostrar como se estabelecem os tetos de gastos para cada uma das áreas de resultados. É importante notar que o cálculo dos tetos de gastos são impactados diretamente pelas decisões estratégicas de investimento tomadas pelo executivo municipal.

Pessoal

Com base na apropriação da folha de pagamento no mês da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária é projetada a despesa para o exercício seguinte, e se considera ainda, o crescimento vegetativo, as novas admissões, realizações de novos concursos, e possíveis reajustes salariais, conforme a legislação vigente, além de outras variáveis como exonerações, aposentadorias entre outras.

Juros e Amortização da Dívida

São considerados os valores previstos nos cronogramas de desembolso acordados com as entidades nacionais e internacionais em relação aos juros e amortização dos empréstimos contratados. Os valores são informados pela Superintendência do Tesouro.

Custeio

Em relação às despesas com o custeio, a Superintendência de Orçamento da Secretaria Municipal de Fazenda tem como base a despesa atual, agregando-lhe as novas despesas decorrentes dos novos investimentos e créditos concedidos durante o exercício para despesas continuadas, além da análise da evolução do custeio ao longo dos últimos exercícios.

Investimentos

Conforme disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, os investimentos em andamento são prioritários quando da alocação dos recursos. Os saldos existentes são destinados aos novos investimentos – estes decididos no contexto das prioridades estabelecidas pelo Poder Executivo e no âmbito do Planejamento Estratégico.

8. Gastos Detalhados por Área de Resultado

Esta seção apresenta um detalhamento maior dos gastos por área de resultado. Ela apresenta os valores envolvidos nos programas descritos na seção anterior. Serão apresentados os grandes grupos de despesa – pessoal e outras despesas correntes – e, adicionalmente, os custos decorrentes dos novos investimentos.

A tabela abaixo *reapresenta* os dados para as 4 áreas de resultado e para o agregado das demais áreas (apresentada na seção 6), e as subseções seguintes detalham os programas estratégicos para Saúde, Educação, Infraestrutura Urbana e Transportes.

Tabela 11

	R\$ milhões			
Área de Resultado	2012	2013	2014	2015
EDUCAÇÃO	4.118,6	4.734,6	5.411,5	6.177,8
1- Pessoal	2.895,1	3.101,9	3.500,2	3.807,0
3- Outras Correntes	1.081,5	1.355,8	1.519,3	1.852,3
4- Investimentos	142,0	213,4	262,2	306,3
7- Custeio decorrente de Investimentos	108,3	63,5	129,7	212,1
INFRAESTRUTURA URBANA	3.059,9	3.510,6	4.086,5	4.193,7
1- Pessoal	666,7	789,8	825,4	862,5
3- Outras Correntes	1.033,0	1.146,4	1.234,3	1.325,1
4- Investimentos	1.359,2	1.409,1	1.879,5	1.866,1
5 - Outras	1,0	9,5	3,5	3,8
7- Custeio decorrente de Investimentos	0,0	155,9	143,9	136,2
SAÚDE	3.998,6	4.593,0	4.887,0	5.221,6
1- Pessoal	1.317,0	1.260,7	1.317,4	1.376,7
3- Outras Correntes	2.538,1	3.081,3	3.292,2	3.425,3
4- Investimentos	143,5	146,3	155,8	197,4
7- Custeio decorrente de Investimentos	319,9	104,7	121,6	222,2
TRANSPORTES	1.447,7	2.017,2	1.338,6	1.225,0
1- Pessoal	47,4	47,7	49,9	52,1
3- Outras Correntes	187,8	205,1	229,0	236,5
4- Investimentos	1.212,4	1.758,7	1.053,9	930,2
7- Custeio decorrente de Investimentos	0,0	5,6	5,9	6,2
DEMAIS ÁREAS DE RESULTADO	7.878,5	8.657,2	9.251,0	10.289,2
1- Pessoal	4.738,7	5.210,9	5.543,1	6.075,6
3- Outras Correntes	1.653,5	1.961,3	2.026,6	2.146,1
4- Investimentos	572,2	435,9	409,4	442,6
5 - Outras	914,1	1.049,2	1.272,0	1.624,9
Total geral	20.503,3	23.512,6	24.974,7	27.107,2

As oscilações nos investimentos e nos custeios projetados entre os exercícios em questão na Tabela 12 estão diretamente relacionadas aos estágios planejados de conclusão de projetos em cada Área de Resultados. De forma genérica, adiantamos que o investimento na área de Educação não é o principal componente nesta área, tendo em vista a ampla rede já existente, sendo que a principal expansão física (Espaços de Desenvolvimento Infantil) concentrou-se nos exercícios 2010-2011.

No caso da Saúde, a concentração na expansão da rede também foi planejada para os exercícios 2010 a 2012, em virtude da situação emergencial então existente, sendo seguida por um aumento expressivo de custeio nos anos seguintes para sua manutenção.

Isto posto, as subseções a seguir apresentam a expressão monetária do diagnóstico das prioridades elencadas na seção 7.

8.1 Educação

A tabela abaixo contempla os gastos com os programas estratégicos e complementares. Como já adiantado em seção anterior, comparativamente às áreas de Saúde, Infraestrutura Urbana e Transportes, o peso dos gastos de *investimentos* na Educação é relativamente menor, dado que o Município já conta com uma extensa rede de escolas (a maior de uma cidade no país) e boa parte das iniciativas estratégicas, conforme visto acima, tem caráter qualitativo e não necessariamente de expansão física.

Conforme mencionado, a tabela abaixo mostra que a maior parte do gasto com programas estratégicos está concentrada em melhorias na qualidade da educação e na gestão (com efeitos sobre a qualidade) – cujos programas, 0315 e 0316, representam entre 60% e 40% do gasto excluindo pessoal ao longo do período analisado. Já os espaços de desenvolvimento infantil – terceiro maior orçamento dentro da área de educação – têm sua participação ampliada à medida que aumenta o número de vagas em direção à meta estabelecida no Planejamento Estratégico.

Tabela 12

R\$ milhões

Área de Resultado, Programa e Gupo	2012	2013	2014	2015
EDUCAÇÃO	4.118,6	4.734,6	5.411,5	6.177,8
0024 - MIDIA, ESCOLA E SOCIEDADE	9,7	11,6	17,2	17,9
3- Outras Correntes	9,7	11,3	11,9	12,6
4- Investimentos	0,0	0,3	5,3	5,3
0315 - MODERNIZ. DA GESTAO E MELH. DA INFRAEST. NA EDUC.	396,6	449,6	486,1	488,7
3- Outras Correntes	329,3	419,9	441,4	463,5
4- Investimentos	67,3	29,7	44,6	25,2
0316 - MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCACAO CARIOCA	345,8	399,3	418,7	438,5
3- Outras Correntes	336,6	376,8	396,1	415,9
4- Investimentos	9,2	22,5	22,6	22,6
0317 - ESPACO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL	182,5	204,3	385,9	506,7
3- Outras Correntes	134,0	156,4	214,4	372,6
4- Investimentos	48,5	47,9	171,5	134,1
0334 - ESCOLAS DO AMANHA	59,1	61,8	65,0	68,2
3- Outras Correntes	46,3	48,4	50,9	53,4
4- Investimentos	12,8	13,4	14,1	14,8
0337 - REFORCO ESCOLAR	23,4	30,3	31,9	33,5
3- Outras Correntes	23,4	30,3	31,9	33,5
4- Investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
0338 - SAUDE NAS ESCOLAS	36,3	36,5	6,8	7,2
3- Outras Correntes	36,3	36,5	6,8	7,2
0339 - RIO CRIANCA GLOBAL	8,6	14,0	20,0	21,0
3- Outras Correntes	8,6	14,0	20,0	21,0
0381 - GESTAO ADMINISTRATIVA - EDUCACAO	3.024,0	3.395,5	3.842,2	4.206,5
1- Pessoal	2.895,1	3.133,4	3.571,3	3.926,6
3- Outras Correntes	128,6	262,1	270,8	279,8
4- Investimentos	0,3	0,1	0,1	0,1
0391 - GESTAO DOS SERV. E SIST. INFORMAT. - EDUCACAO	32,5	35,8	37,7	39,5
3- Outras Correntes	28,6	32,0	33,6	35,3
4- Investimentos	3,9	3,8	4,0	4,2
5- Outras	0,0	0,0	0,0	0,0
0400 - ESCOLA CARIOCA EM TEMPO INTEGRAL	0,0	95,8	100,0	350,0
3- Outras Correntes	0,0	0,0	100,0	250,0
4- Investimentos	0,0	95,8	0,0	100,0

Deve-se destacar que no caso da educação o gasto com pessoal consome entre 70% e 60% do orçamento para os anos apresentados. Isso se deve ao fato de que se trata de uma área de resultado mão de obra intensiva e que já conta com uma extensa rede, o que demanda menor proporção de gastos com investimentos físicos.

8.2 Infraestrutura Urbana

Os dados da tabela 13, abaixo, espelham a preocupação prioritária do executivo municipal com a limpeza e conservação e urbanização da cidade de um lado, e com a segurança da população de outro. Apenas para exemplificar, os montantes alocados para os programas de Controle de Enchentes e Proteção de Encostas e Áreas de Risco Geotécnico (com perfis temporais de gastos diferentes) e os alocados para Gestão Sustentável da Limpeza Urbana, Conservação e Melhoria de Logradouros e Espaços de Interesse Público e Morar Carioca ratificam as preocupações expressas no Planejamento Estratégico municipal.

Em termos de aplicação de recursos, verifica-se que os dispêndios com os programas citados acima consomem uma média de 40% do orçamento entre 2012 e 2015. É importante registrar que, devido às suas particularidades, estes programas envolvem tanto obras quanto custeio.

Outros exemplos da expressão financeira dos diagnósticos contidos no Planejamento Estratégico são a transformação da Avenida Rio Branco e a preocupação com a iluminação pública. O investimento na região da Avenida Rio Branco irá totalizar quase R\$ 500 milhões nos anos de 2014 e 2015 e a preocupação com a obsolescência dos equipamentos de iluminação pública – que acarretam perda de eficiência operacional, alto consumo de energia e baixa luminosidade – ocupará parcela crescente do orçamento municipal ao sair de R\$ 175 milhões em 2012 para R\$ 218 milhões em 2015.

Ressaltamos que os valores apresentados nestes projetos não incluem gastos de concessionárias, uma vez que os mesmos não transitam pelo orçamento municipal. No caso da Infraestrutura Urbana, os casos mais relevantes são as Parcerias Público-Privadas do Porto Maravilha e do Parque Olímpico. No primeiro caso, não há contrapartida do Tesouro Municipal e, assim, os gastos aqui apresentados referem-se apenas a intervenções que foram assumidas pela Prefeitura na área sem fazerem parte da PPP; o total de recursos da PPP (R\$ 7,6 bilhões estimados em obras e serviços) é integralmente financiado pelo lote de CEPACs (Certificados de Potencial Adicional de Construção) adquirido em oferta pública pelo FGTS. Por seu turno, os valores apresentados na próxima tabela para o Parque Olímpico incluem apenas a contrapartida pecuniária comprometida pelo Tesouro Municipal na PPP (R\$ 525 milhões no total do contrato), não sendo objeto de registro orçamentário os valores que a concessionária investirá por conta própria (para os quais a contrapartida será a exploração comercial após 2016 do terreno e das construções imobiliárias conforme parâmetros urbanísticos definidos).

Tabela 13

R\$ milhões

Área de Resultado, Programa e Grupo	2012	2013	2014	2015
INFRAESTRUTURA URBANA	3.059,9	3.510,6	4.086,5	4.193,7
0023 - PROTECAO DE ENCOSTAS E AREAS DE RISCO GEOTECNICO	81,3	88,9	185,2	274,9
3- Outras Correntes	3,8	5,0	5,3	5,5
4- Investimentos	77,6	83,8	179,9	269,4
0051 - GESTAO SUSTENTAVEL DA LIMPEZA URBANA	252,7	272,4	295,6	324,3
3- Outras Correntes	252,7	272,4	295,6	324,3
4- Investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
0071 - RIO CONSERV. - CONSERV E MELH. DE LOGR. E ESP. INT. PUB.	294,9	265,7	278,4	292,3
3- Outras Correntes	291,6	264,8	278,3	292,2
4- Investimentos	3,3	0,9	0,1	0,1
0073 - ILUMINACAO PUBLICA	175,1	203,3	231,2	281,8
3- Outras Correntes	174,7	197,7	207,8	218,2
4- Investimentos	0,4	5,7	23,4	63,7
0085 - INTERVENCOES PREDIAIS	81,1	12,7	0,7	0,5
3- Outras Correntes	0,1	0,1	0,1	0,1
4- Investimentos	81,1	12,7	0,6	0,4
0094 - PLANEJ., ACOMP. E CONTR. DO DESENV. URBANO	0,0	0,6	0,7	0,6
3- Outras Correntes	0,0	0,0	0,0	0,0
4- Investimentos	0,0	0,6	0,7	0,6
0097 - CONTROLE DE ENCHENTES	243,7	378,4	242,5	47,3
3- Outras Correntes	0,0	13,7	14,4	15,1
4- Investimentos	243,7	364,7	228,2	32,3
0144 - PROJETOS URBANISTICOS E DE REESTRUTURACAO URBANA	0,2	0,0	0,0	0,0
4- Investimentos	0,2	0,0	0,0	0,0
0147 - INFOR. GERENC., ESTAT., CARTOG. E GERAIS DA CIDADE	0,0	14,9	16,0	14,5
4- Investimentos	0,0	14,9	16,0	14,5
0210 - PROAP III - PROG DE URBA DE ASSENT. POP DO RJ - TERC. FASE	72,5	120,9	120,8	103,3
4- Investimentos	71,6	118,4	118,1	100,4
5- Outras	0,9	2,5	2,6	2,9
0304 - PORTO MARAVILHA	26,4	11,1	2,0	2,1
3- Outras Correntes	1,8	1,9	2,0	2,1
4- Investimentos	24,5	3,0	0,0	0,0
5- Outras	0,0	6,2	0,0	0,0
0319 - INTERV. DE REVIT. E REESTR. URBANA	81,7	13,8	0,0	0,0
4- Investimentos	81,7	13,8	0,0	0,0
0320 - MORAR CARIOCA - MINHA CASA MINHA VIDA	19,5	79,6	89,4	104,2
3- Outras Correntes	0,2	0,6	0,7	0,7
4- Investimentos	19,3	79,0	88,7	103,5
0321 - MORAR CARIOCA - URBANIZACAO	459,4	592,3	807,7	465,8
3- Outras Correntes	6,7	23,9	25,1	26,3
4- Investimentos	452,6	568,5	782,6	439,5
0352 - CHOQUE DE ORDEM - CONSERVACAO DA CIDADE	151,8	3,8	4,0	4,2
3- Outras Correntes	20,0	3,3	3,5	3,6
4- Investimentos	131,8	0,5	0,5	0,6
0353 - BAIRRO MARAVILHA	162,3	60,3	28,0	105,4
4- Investimentos	162,3	60,3	28,0	105,4
0384 - GESTAO ADMINISTRATIVA - INFRAESTRUTURA URBANA	943,6	1.123,2	1.172,5	1.225,0
1- Pessoal	666,7	789,8	825,4	862,5
3- Outras Correntes	270,2	325,8	342,4	359,7
4- Investimentos	6,8	7,6	4,7	2,7
0394 - GESTAO DOS SERV. E SIST. INFORMAT. - INFRA. URBANA	13,7	14,2	14,9	15,7
3- Outras Correntes	11,2	11,9	12,5	13,2
4- Investimentos	2,3	1,5	1,6	1,7
5- Outras	0,2	0,8	0,8	0,9
0402 - UPP SOCIAL	0,0	10,9	10,2	9,5
3- Outras Correntes	0,0	1,9	1,9	2,0
4- Investimentos	0,0	9,0	8,2	7,5
0403 - PARQUE OLIMPICO	0,0	136,3	124,9	117,3
3- Outras Correntes	0,0	106,3	111,7	117,3
4- Investimentos	0,0	30,0	13,2	0,0
0404 - RIO VERDE - TRANSFORMACAO DA RIO BRANCO	0,0	1,0	143,5	350,0
4- Investimentos	0,0	1,0	143,5	350,0
0405 - REVITALIZACAO DA CIDADE NOVA	0,0	1,0	98,5	100,0
4- Investimentos	0,0	1,0	98,5	100,0
0406 - GESTAO INTEGRADA DE VIAS PUBLICAS	0,0	86,0	185,0	319,1
3- Outras Correntes	0,0	59,0	62,0	65,1
4- Investimentos	0,0	27,0	123,0	254,0
0407 - CONSERVACAO DE VIAS ESPECIAIS E TUNEIS	0,0	11,2	26,5	26,8
3- Outras Correntes	0,0	6,2	6,5	6,8
4- Investimentos	0,0	5,0	20,0	20,0
0409 - RIO ACESSIVEL	0,0	8,0	8,4	8,8
3- Outras Correntes	0,0	8,0	8,4	8,8

8.3 Saúde

A tabela abaixo apresenta o orçamento de médio prazo da Saúde.

Tabela 14

R\$ milhões

Área de Resultado, Programa e Gupo	2012	2013	2014	2015
SAÚDE	3.998,6	4.593,0	4.887,0	5.221,6
0305 - ACOES E PROGRAMAS DE SAUDE E LINHAS DE CUIDADO	6,4	18,9	19,9	20,9
3- Outras Correntes	5,7	18,4	19,4	20,3
4- Investimentos	0,7	0,5	0,6	0,6
0306 - ATENCAO AMBULATORIAL ESPECIALIZADA E HOSPITALAR	43,4	174,5	147,4	145,5
3- Outras Correntes	17,0	127,2	133,7	140,4
4- Investimentos	26,3	47,3	13,7	5,1
5- Outras	0,0	0,0	0,0	0,0
0308 - VIGILANCIA EM SAUDE E INFORMACAO EPIDEMIOLOGICA	71,4	64,1	69,6	76,3
3- Outras Correntes	68,9	61,1	68,5	75,2
4- Investimentos	2,4	3,0	1,1	1,2
0309 - CONTROLE DO RISCO SANITARIO E DE ZOOSE	19,7	28,6	26,0	28,1
3- Outras Correntes	17,1	18,6	19,8	21,1
4- Investimentos	2,6	10,0	6,2	7,1
0318 - INFRAESTRUTURA E GESTAO DO SUS	1.212,1	1.233,5	1.358,6	1.483,4
3- Outras Correntes	1.185,4	1.222,7	1.344,1	1.469,5
4- Investimentos	26,7	10,8	14,5	13,9
0330 - SAUDE PRESENTE	889,1	997,2	1.102,8	1.202,6
1- Pessoal	18,0	18,6	19,5	20,4
3- Outras Correntes	824,8	945,4	996,2	1.048,0
4- Investimentos	46,3	33,2	87,1	134,2
0331 - REESTRUTURACAO DO ATEND. DE URGENCIA E EMERGENCIA	56,1	489,1	511,5	537,1
3- Outras Correntes	45,6	471,8	495,9	520,7
4- Investimentos	10,6	17,3	15,6	16,3
0332 - DESOSPITALIZACAO - PADI E LEITOS DE RETAGUARDA	10,4	14,4	15,1	15,9
3- Outras Correntes	10,4	14,4	15,1	15,9
0333 - CRIACAO DE UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA	275,8	0,0	0,0	0,0
3- Outras Correntes	248,7	0,0	0,0	0,0
4- Investimentos	27,1	0,0	0,0	0,0
0380 - GESTAO ADMINISTRATIVA - SAUDE	1.397,3	1.332,6	1.392,3	1.454,7
1- Pessoal	1.299,0	1.242,1	1.297,9	1.356,4
3- Outras Correntes	98,2	90,5	94,3	98,3
4- Investimentos	0,1	0,0	0,0	0,0
0390 - GESTAO DOS SERVICOS E SISTEMAS INFORMATIZADOS - SAUDE	17,0	15,4	16,2	17,0
3- Outras Correntes	16,3	14,0	14,7	15,5
4- Investimentos	0,7	1,4	1,5	1,5
0426 - ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL	0,0	155,1	160,0	169,1
3- Outras Correntes	0,0	151,0	158,4	166,3
4- Investimentos	0,0	4,2	1,6	2,8
0427 - SAUDE INTELIGENTE	0,0	69,4	67,5	70,8
3- Outras Correntes	0,0	50,9	53,5	56,2
4- Investimentos	0,0	18,5	14,0	14,6

Em termos de aplicação de recursos, fora os gastos com infraestrutura e gestão do SUS – que comprometem 30% do orçamento da saúde –, a maior rubrica reflete exatamente a principal estratégia utilizada pelos sistemas de saúde do mundo para obter melhores resultados na qualidade e expectativa de vida da população, que é a Saúde Presente – cujo orçamento representa uma média de 22% do total. A elevação progressiva dos valores a serem gastos nesse programa é espelho exatamente da ampliação da sua cobertura para 70% em 2016 – com melhoria da qualidade e expectativa de vida da população, através de atendimento mais resolutivo e próximo ao cidadão com conseqüente redução do fluxo de pacientes nas grandes emergências do município.

8.4 Transportes

O orçamento de médio prazo do setor de transportes (tabela 15) reflete basicamente a série de intervenções estruturantes na área de Transportes que está em andamento ou programada no Rio de Janeiro e consubstanciada na construção de corredores exclusivos para ônibus articulados (Ligeirão) – TransCarioca, TransOlimpica e TransBrasil –, e na operação da TransOeste.

O alto valor dos investimentos acima listados e seu perfil temporal fazem com que a elevada participação no orçamento municipal de médio prazo oscile de 70% nos dois primeiros anos para 60% nos últimos – com montantes variando nas cercanias de R\$ 1.200 milhões e R\$ 800 milhões.

Outro destaque fica para a questão da mobilidade do cidadão – que conta com um programa mais geral designado por Transportes e Mobilidade Urbana e outro se referindo especificamente aos deslocamentos no centro da cidade – VLT do Centro. Os montantes desses dois programas chegam a alcançar, em conjunto, quase R\$ 400 milhões em 2013 e 2014.

A exemplo dos programas da Infraestrutura Urbana, ressaltamos que os valores apresentados nestes projetos de Transportes também não incluem gastos de concessionárias, uma vez que os mesmos não transitam pelo orçamento municipal. Aqui, merecem menção: o BRT Transolímpica (a concessionária contratada em 2012 investirá o valor devido em outorga na obra, sendo que este montante assumido pela mesma não transita pelo orçamento); e o VLT Centro, o qual será objeto de PPP, sendo registrada no orçamento apenas a previsão de contrapartida pecuniária municipal (R\$ 532 milhões).

Tabela 15

R\$ milhões

Área de Resultado, Programa e Gupo	2012	2013	2014	2015
TRANSPORTES	1.447,7	2.017,2	1.338,6	1.225,0
0038 - TRANSPORTES E MOBILIDADE URBANA	148,0	155,7	176,6	180,2
3- Outras Correntes	131,2	153,3	174,7	179,2
4- Investimentos	16,8	2,4	2,0	1,0
0200 - RIO OBRAS VIARIAS	187,4	31,9	39,2	29,7
3- Outras Correntes	13,2	8,7	9,2	9,7
4- Investimentos	174,2	23,2	30,0	20,0
0365 - TRANSCARIOCA	562,5	877,3	82,0	1,0
4- Investimentos	562,5	877,3	82,0	1,0
0366 - TRANSOLIMPICA	100,0	240,1	308,1	436,1
4- Investimentos	100,0	205,1	308,1	436,1
5- Outras	0,0	35,0	0,0	0,0
0367 - TRANSOESTE	358,5	0,0	0,0	0,1
4- Investimentos	358,5	0,0	0,0	0,1
0386 - GESTAO ADMINISTRATIVA - TRANSPORTES	89,5	90,0	94,1	98,9
1- Pessoal	47,4	47,7	49,9	52,1
3- Outras Correntes	41,9	42,1	44,1	46,6
4- Investimentos	0,2	0,2	0,2	0,2
0396 - GESTAO DOS SERV. E SIST. INFOR. - TRANSPORTES	1,7	1,3	1,4	1,4
3- Outras Correntes	1,5	1,0	1,1	1,1
4- Investimentos	0,2	0,3	0,3	0,3
0411 - TRANSBRASIL	0,0	378,5	403,2	338,2
4- Investimentos	0,0	378,5	403,2	338,2
0412 - VLT DO CENTRO	0,0	213,3	213,0	106,7
4- Investimentos	0,0	213,3	213,0	106,7
0413 - PROJETO DE TRANSPORTE AQUAVIARIO	0,0	2,4	0,6	0,0
4- Investimentos	0,0	2,4	0,6	0,0
0414 - TRAFEGO INTELIGENTE	0,0	21,2	15,5	28,4
3- Outras Correntes	0,0	5,6	5,9	6,2
4- Investimentos	0,0	15,6	9,6	22,2
0415 - PLANO DE MOBILIDADE SUSTENTAVEL	0,0	1,1	0,6	0,0
4- Investimentos	0,0	1,1	0,6	0,0
0416 - RIO BOA PRACA	0,0	4,4	4,4	4,4
4- Investimentos	0,0	4,4	4,4	4,4

9. Riscos Fiscais de Médio Prazo

Esta seção apresenta, no âmbito da Prefeitura, os riscos que pesam sobre a execução fiscal no médio prazo. É apresentado o perfil temporal dos passivos contingentes, o que embute a noção de “probabilidade” de ocorrência – não no sentido estrito de atribuição de um valor numérico, mas de uma avaliação que traz consigo algum grau de subjetividade.

Isto posto, a tabela 16 abaixo resume os passivos contingentes presentes no balanço da Prefeitura em 31 de dezembro de 2011, os quais representavam menos de 5% do orçamento municipal anual. Dentro do conceito de “probabilidade” mencionado acima, é importante destacar que as informações referentes a 2012 estão registradas no Passivo Circulante, sendo consideradas, portanto, como de ocorrência possível *neste exercício*. As informações referentes a 2013 estão registradas no Passivo Não Circulante e são consideradas, portanto, como de ocorrência possível. Finalmente, as informações referentes a 2014 são aquelas consideradas como de ocorrência provável ou remota.

O perfil destes passivos está basicamente concentrado em demandas judiciais – que representam pouco mais de 60% do total em risco.

Ressaltamos ainda que, ao final de 2011, o Município encontrava-se adimplente com suas obrigações de dívida financeira contratual, bem como não apresentava estoque de precatórios vencidos e não pagos. O regime próprio de previdência aos servidores municipais – Fundo Especial de Previdência do Município do Rio de Janeiro (Funprevi) –, incumbido do pagamento de aposentadorias e pensões dos servidores estatutários municipais, apresenta ativos próprios segregados, não havendo previsão de aportes adicionais do Tesouro nos exercícios até 2022 além daqueles atualmente previstos em leis e já inclusos nas despesas apresentadas na seção 6, em linha com a situação atuarial daquele Fundo.

Tabela 16

PASSIVOS CONTINGENTES	
Descrição	Valor
Demandas Judiciais	435.219.075,62
COMLURB - Ações Trabalhistas	13.000.000,00
COMLURB - Contingências Cíveis	103.874.178,23
RIOCENTRO - Ações Trabalhistas	2.801.735,06
RIOCENTRO - Contingências Cíveis	631.457,89
IPLANRIO - Ações Trabalhistas	8.595.625,85
IPLANRIO - Contingências Fiscais - PIS/PASEP	573.003,11
IPLANRIO - Contingências Fiscais - COFINS	1.039.558,14
IPLANRIO - Contingências Fiscais - INSS	4.169.913,68
IPLANRIO - Contingências Fiscais - IRPJ	6.277,16
IPLANRIO - Contingências Cíveis	107.263,71
IMPRENSA - Ações Trabalhistas	196.700,00
IMPRENSA - Contingências Cíveis	205.524,00
RIO URBE - Contingências Cíveis	13.922.160,26
RIO URBE - Ações Trabalhistas	229.813,36
RIO URBE - Autuações da SRF ref. PIS/PASEP - em Dívida Ativa - Fiscais	6.224.944,42
RIO URBE - Autuações da SRF ref. COFINS - em Dívida Ativa - Fiscais	58.328.334,96
RIO URBE - Notificações de Débito ref. INSS - em Dívida Ativa - Fiscais	104.150.520,45
RIO LUZ - Ações Trabalhistas	1.866.374,61
RIO LUZ - Autuações da SRF ref. PIS/PASEP - em Dívida Ativa - Fiscais	1.304.349,65
RIO LUZ - Autuações da SRF ref. COFINS - em Dívida Ativa - Fiscais	5.704.120,35
RIO LUZ - Notificações de Débito ref. INSS - em Dívida Ativa - Fiscais	13.689.581,99
RIO LUZ - Autuações da SRF s/ IRPJ - Fiscais	1.340.238,72
RIO LUZ - Autuações da SRF s/ CSLL - Fiscais	428.225,01
RIO LUZ - Autuações da SRF s/ DCTF - Fiscais	606.401,27
RIO LUZ - Contingências Cíveis	6.889.305,52
RIOCOP-em Liquidação - Ações Trabalhistas	406.124,85
RIOCOP-em Liquidação - Ações Federais - PIS/PASEP - Fiscais	146.756,01
RIOCOP-em Liquidação - Imp. a Recolher - COFINS - Fiscais	395.917,90
RIOCOP-em Liquidação - Imp. a Recolher - INSS - Fiscais	542,15
RIOCOP-em Liquidação - Ações Fiscais Federais - IRPJ	7.053.580,31
RIOCOP-em Liquidação - Contingências Fiscais - CSLL	2.784.598,32
RIOCOP-em Liquidação - Contingências Cíveis	39.084.651,03
MULTIRIO - Contingências Trabalhistas	1.530.607,02
CET RIO - Contingências Cíveis	1.424.915,04
CET RIO - Reclamações Trabalhistas	1.859.903,34
CET RIO - Contingências PIS/PASEP - Fiscais	78.833,49
CET RIO - Contingências COFINS - Fiscais	240.718,05
CET RIO - Contingências IRRF - Fiscais	212.390,90
RIOTUR - Ações Trabalhistas	8.744.127,38
RIOTUR - INSS - Fiscais	17.012.077,38
RIOTUR - Contingências Cíveis	4.357.725,05
Dívidas em Processo de Reconhecimento	129.397.551,76
Adm. Direta - Desp. Secretaria Municipal de Saúde (Cíveis)	78.203.307,57
GM-Rio - Autuações da SRF ref. a PIS/PASEP - Fiscais	5.561.212,18
GM-Rio - Autuações da SRF ref. a COFINS - Fiscais	15.030.112,54
GM-Rio - Autuações do INSS - Fiscais	9.530.749,28
GM-Rio - Autuações da SRF ref. a IRRF - Fiscais	12.548,36
GM-Rio - Débitos em Exigibilidade Suspensa - DCTF (Fiscais)	988.270,11
FPJ - Ações Trabalhistas	579.808,32
FPJ - Contingências Cíveis	2.448.263,83
FPJ - Dívida CEDAE (Cíveis)	1.862.371,17
FPJ - Fornecedor - Obras e Conservação (Cíveis)	660.307,35
IPP - Contingências Trabalhistas	41.500,00
IPP - Contingências Cíveis	2.314.099,08
CET-RIO - Contingências Cíveis	891.112,63
RIOTUR - Notificação da SPU/União s/Marina da Glória (Fiscais)	11.273.889,34
Outros Passivos Contingentes	124.745.342,53
Adm. Direta - Reclamações Trabalhistas - SMS	210.000,00
GM-Rio - Contingências Cíveis	98.074.864,25
GM-Rio - Ações Trabalhistas	2.657.970,00
GM-Rio - Autuações da SRF ref. a PIS/PASEP - Fiscais	1.438.498,70
GM-Rio - Autuações da SRF ref. a COFINS - Fiscais	8.822.737,15
GM-Rio - Notificações do INSS - Fiscais	1.765.779,06
GM-Rio - Autuações da SRF ref. a IRPJ - Fiscais	666.727,81
GEO-RIO - Contingências Cíveis	1.224.653,27
RIOZOO - Reclamações Trabalhistas	1.016.953,95
RIOZOO - Reconhecimento de Dívidas - CEDAE (Cíveis)	6.534.706,65
RIOCOP-em liquidação - Dívida com Empreiteiros e Fornecedores (Cíveis)	2.332.451,69
TOTAL	689.361.969,91

Além desta análise de contingências já mapeadas, apresentadas acima, uma segunda análise de riscos fiscais englobaria os riscos de quebra das receitas estimadas (inclusive por um cenário macro-econômico mais desfavorável do que aquele atualmente vislumbrado para os próximos anos) ou despesas extraordinárias, derivadas, por exemplo, de aumento dos custos nas intervenções aprovadas, em especial para os grandes projetos de investimentos necessários para os eventos internacionais dos próximos cinco anos.

Com relação aos riscos de performance das receitas, a metodologia e as premissas utilizadas foram apresentadas na seção 4 deste documento. A diversificação das receitas municipais, o desempenho econômico recente e o comportamento das receitas efetivas em relação às projetadas nos últimos exercícios indicam que a probabilidade de atingimento das metas previstas é bastante elevado.

Os grandes projetos de investimento em andamento sob responsabilidade do Município e suas respectivas fontes de financiamento foram sumariados ao longo das seções 5 a 8 deste documento. Um conjunto diversificado de fontes tem sido aplicado, incluindo o espaço fiscal de investimentos próprios disponível no orçamento municipal, operações de crédito de longo prazo com condições suaves de pagamento, recursos não reembolsáveis da União e aportes de recursos de terceiros (parcerias público-privadas, contrapartidas por adicional construtivo).

A despeito destas considerações, apresentamos uma avaliação de caráter ilustrativo e exploratório dos impactos conjugados (trazidos a valor presente pelas projeções de Selic expressas na Tabela 4), que seriam causados por diversos choques hipotéticos altamente desfavoráveis ao Município no período 2013-2015 (“stress testing”), partindo do cenário-base de projeção de receitas e despesas apresentado nas seções 4 a 6, incluindo:

- quebra de 10% da receita estimada de ISS no período 2013 a 2015 (valor presente do impacto = R\$ 1,5 bilhão);
- aumento de 10% nos custos decorrentes dos investimentos para as áreas de resultado Saúde, Educação, Infraestrutura Urbana e Transportes (valor presente do impacto = R\$ 109 milhões);
- aumento de R\$ 300 milhões / ano (corrigidos por inflação) nos investimentos em infraestrutura urbana, considerando, inclusive, os compromissos com os eventos internacionais dos próximos cinco anos (valor presente do impacto = R\$ 804 milhões).

Verifica-se que a soma destes efeitos hipotéticos totalizaria R\$ 2,4 bilhões a valor presente, correspondentes a menos de 5% da receita total estimada para o triênio. Se considerarmos esta baixa representatividade em termos do orçamento total e ainda o esforço fiscal implementado em 2009 e 2010 (superávits totais acumulados próximos a R\$ 2,0 bilhões ainda não totalmente consumidos) bem como as possibilidades de re-priorização de despesas (contenção daquelas que não sejam de caráter obrigatório), conclui-se que o orçamento municipal encontra-se atualmente equilibrado e com margens de acomodação de situações adversas sem comprometer os gastos necessários ao adequado funcionamento da Cidade e muito menos ameaçar o cumprimento pontual das despesas obrigatórias e prioritárias (pessoal e dívida, por exemplo).

Desta forma, entende-se que o orçamento municipal está sendo utilizado na medida de sua capacidade sustentável e os riscos fiscais correspondentes são cobertos tanto pelas previsões orçamentárias de reserva de contingências como pelos superávits acumulados e ainda não comprometidos com os projetos.

10. Conclusão

O Marco de Gastos de Médio Prazo (MGMP) é parte da estratégia de comunicação da Prefeitura do Rio de Janeiro com a sociedade, notadamente no que concerne a seu Planejamento Estratégico – instrumento destinado a pensar a cidade no médio e longo prazos. Pode-se dizer que o MGMP é a expressão monetária deste Planejamento, cujo norte fiscal tem uma estratégia clara: investimentos que alterem permanentemente o bem-estar da sociedade carioca dentro de um arcabouço de responsabilidade fiscal que preserve o que já foi conquistado até o momento.

Neste contexto, este documento mostrou que as possibilidades abertas pelos grandes eventos que ocorrerão na cidade entre 2013 e 2016 estão sendo cuidadosamente tratadas pela atual administração para que possam trazer o máximo de benefícios, notadamente nas áreas de transportes e infraestrutura urbana – cujo orçamento conjunto ocupa 22% do orçamento na média do período aqui analisado.

Por outro lado, refletindo o reconhecimento de que saúde e educação ainda apresentam enormes desafios, a estrutura orçamentária aqui apresentada aloca 41% dos gastos para estas duas áreas de resultado. O detalhamento dos programas mostra que, apesar dos avanços nos últimos três anos e meio, a questão da qualidade ainda merece destaque.

O esforço fiscal empreendido desde 2009 tem garantido uma administração eficiente das despesas de pessoal e dívida, cujas proporções de comprometimento do orçamento municipal reduziram-se em cerca de 10 (dez) pontos percentuais, liberando espaço para o ciclo de investimentos em curso e sua manutenção, gerando valor para os contribuintes cariocas e para a vida cotidiana na Cidade.

Secretaria Municipal de Fazenda

Rio de Janeiro, novembro de 2012.